

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JACQUELINE TOMEN MACHADO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS
NO LITORAL PARANAENSE**

**PONTA GROSSA
2012**

JACQUELINE TOMEN MACHADO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS
NO LITORAL PARANAENSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Educação. Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia da Silva Oliveira.

**PONTA GROSSA
2012**

Catálogo na Fonte
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

- M149 Machado, Jacqueline Tomen
Educação profissional para jovens e adultos no litoral paranaense /
Jacqueline Tomen Machado, 2012.
105 f.
- Dissertação (Mestrado em Educação - linha de pesquisa : história e
políticas educacionais), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira.
1. Educação profissional. 2. Educação de jovens e adultos. 3.
Políticas Públicas. I. Oliveira, Rita de Cássia da Silva II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Educação. III. T.

CDD: 372.414

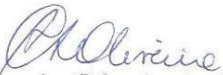
TERMO DE APROVAÇÃO

JACQUELINE TOMEN MACHADO

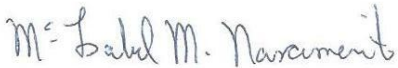
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS NO LITORAL PARANAENSE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira
UEPG


Profª Drª Laíze Márcia Porto Alegre
UTFPR/CT


Profª Drª Maria Izabel Moura Nascimento
UEPG


Profª Drª Ana Luiza Ruschel Nunes
UEPG

Ponta Grossa, 21 de setembro de 2012.

Dedico a João Rafael Deron pelo companheirismo,
apoio e força.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e pela proteção na realização deste sonho!

Especialmente à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia da Silva Oliveira, que aceitou o desafio deste trabalho e o tornou possível com suas orientações.

A João Rafael Deron por estar ao meu lado em todos os momentos.

Aos membros da banca, Maria Isabel Moura Nascimento, Laíze Márcia Porto Alegre e Ana Luiza Ruschel Nunes, pela leitura e forma como apontaram as fragilidades da pesquisa, apresentando excelentes contribuições no Exame de Qualificação, as quais resultaram na versão final deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG, que tanto contribuíram para a minha formação para a pesquisa.

À minha amiga Daniela Terezinha Esteche Maciel pelas trocas e palavras de incentivo, bem como pelas contribuições. Essa amizade, que iniciou com esta pesquisa, será levada para toda a vida.

Às minhas amigas Elyane Fiuza e Andressa Alves Watanabe, pela presença desde o início desta pesquisa, e Fabiane F. Rodrigues e Viviane Simioni, pelas palavras de incentivo.

Às minhas chefes Sandra Regina de Oliveria Garcia – Departamento de Educação e Trabalho SEED/PR (2009), Camencita de Hollebem de Mello Ditzel – Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa (2010) e Selma Camargo Meira – Núcleo Regional de Educação de Paranaguá (2011-2012) e seus assistentes técnicos, que sempre compreenderam as minhas ausências no local de trabalho devido ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus pais pelo dom da vida, que me permitiu a realização de mais esta fase. A todos os familiares e amigos por fazerem parte da minha vida. Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa

*Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.
Esses que-fazer-se encontram um no corpo do
outro. Enquanto ensino continuo buscando,
reprocurando.
Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago
e me indago. Pesquiso para constatar, constatando,
intervenho, intervindo educo e me educo.
Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e
comunicar ou anunciar a novidade.*

Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia

MACHADO, Jacqueline Tomen. **Educação Profissional para Jovens e Adultos no Litoral Paranaense**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

RESUMO

Este trabalho aborda a oferta do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) no litoral paranaense e tem como objetivo geral retomar os princípios históricos e políticos de uma prática social que revela uma perspectiva teórica de defesa das lutas sociais no campo restrito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os objetivos específicos do trabalho são: refletir sobre as relações educação-trabalho e a formação humana; observar os aspectos contraditórios no discurso do Documento-Base do PROEJA e suas relações com o desenvolvimento dos cursos; relacionar o PROEJA com as abordagens dos documentos publicados pelo estado do Paraná quanto às modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional (EP) e levantar dados sobre o desenvolvimento do PROEJA como política pública para a educação, apresentando as contradições dos seus documentos, concepções e princípios com a realidade da escola. O problema da pesquisa consiste em investigar como a União e o estado do Paraná vêm abordando os princípios pedagógicos do PROEJA, da EP e da EJA, considerando-se o desenvolvimento e implantação desse programa numa realidade marcada pela contradição entre a teoria expressa no documento e a prática do cotidiano escolar. A escolha do objeto de estudo partiu da trajetória da autora, que, enquanto pedagoga da rede estadual de ensino, acompanhou toda a retomada da EP no estado do Paraná e observou nos documentos uma realidade contraditória com o desenvolvimento de políticas públicas tanto para a EP quanto para a EJA. A pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa e teve início com uma revisão da literatura sobre trabalho, Ensino Médio Integrado, EJA e EP, de modo a fundamentar as questões abordadas. As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional e as publicações do Ministério da Educação e Cultura e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná sobre o PROEJA também foram tomadas como referências. A pesquisa apresenta a voz de alunos, gestão escolar (direção) e coordenação de curso que estão vivenciando o processo de desenvolvimento e efetivação do PROEJA, contribuindo assim para a reflexão e o entendimento sobre esse processo.

Palavras-chave: Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos. Política pública.

MACHADO, Jacqueline Tomen. **Professional Education for Young People and Adults in the Paraná Coast**. 2012. 105 p. Dissertation (Master in Education) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

ABSTRACT

This work approaches the offer of PROEJA (National Programme for the Integration between Professional Education and Basic Education in the form of Youth and Adult Education) in the Paraná coast, Brazil. Its general aim is to revisit the historical and political principles of a social practice that unveils a theoretical perspective in defence of social fights within the field of Youth and Adult Education (YAE). Its specific aims are: to reflect on education-work relationships and human education; to observe the contradictory aspects in the discourse of PROEJA Base Document and how they are related to the development of courses; to relate PROEJA to the approaches present in the documents published by the state of Paraná with respect to both Youth and Adult Education and Professional Education (PE); and to survey data on the development of PROEJA as a public policy for education, pointing out the contradictions of its documents, conceptions and principles with school reality. The research problem is the investigation of how the federal government and the state of Paraná have been approaching the pedagogical principles of PROEJA, YAE and PE, taking into account the development and implementation of the programme in a scenario marked by the contradiction between the theory expressed in the document and the actual daily school practice. The object of this study was chosen as a result of the author's work as a pedagogue in the state education network, being able to follow the resurgence of PE in Paraná and notice that the related documents depict a reality in disagreement with the development of public policies both for PE and YAP. This research is qualitative and quantitative-based and started with a review of the literature on work, Integrated Secondary Education, AYP, and PE, in order to provide a support for the addressed issues. The Curriculum Guidelines for Youth and Adult Education, the Curriculum Guidelines for Professional Education, and the works on PROEJA by the Department of Education and Culture and Paraná State Board of Education were also taken as references. By presenting the voice of students, a school manager and a course director who are experiencing the process whereby PROEJA is being developed and put into effect, this research contributes to reflecting on and understanding that process.

Keywords: Professional Education. Public policy. Youth and Adult Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dissertações de mestrado publicadas entre os anos de 2008 e 2010.....	36
Quadro 2	Livros publicados entre os anos de 2007 e 2010	36
Quadro 3	Diretrizes e documentos orientadores publicados pela Secretaria Estado da Educação do Paraná entre os anos de 2005 e 2010	40
Quadro 4	Educação Profissional na LDB.....	42
Quadro 5	Abordagens pedagógicas da Educação Profissional, da Educação de Jovens e Adultos e do PROEJA.....	57
Quadro 6	Matrículas no Ensino Regular segundo a dependência administrativa – 2009	61
Quadro 7	Taxa de analfabetismo segundo a faixa etária	61
Quadro 8	Oferta de ensino na instituição campos de pesquisa	66
Quadro 9	Índice de matriculados e aprovados dos cursos subsequentes e do PROEJA ofertados na organização semestral – dados do 1º semestre de 2011.....	71
Quadro 10	Índices das turmas ofertadas pelo PROEJA com conclusão em 2010.....	74
Quadro 11	Índices das turmas ofertadas pelo PROEJA em andamento.....	75
Quadro 12	Estado civil dos alunos do PROEJA.....	76
Quadro 13	Índice com quem os alunos do PROEJA residem	77
Quadro 14	Número de filhos dos alunos do PROEJA	77
Quadro 15	Grau de escolaridade dos pais dos alunos do PROEJA	78
Quadro 16	Meio de transporte dos alunos do PROEJA	78
Quadro 17	Local de trabalho dos alunos do PROEJA	79
Quadro 18	Ano e local de conclusão do Ensino Fundamental	79
Quadro 19	Motivos que levaram o sujeito a ingressar nos cursos	80
Quadro 20	Disciplinas de preferência dos alunos dos cursos de Administração e Logística ofertados pelo PROEJA	81
Quadro 21	Sobre o uso da biblioteca	81

LISTA DE SIGLAS

APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
BNC	Base Nacional Comum
CAEDV	Centro de Atendimento Especializado de Deficientes Visuais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara da Educação Básica
CELEM	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
C&T	Ciência e Tecnologia
DCEJA	Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos
DEP	Departamento de Educação Profissional
DVD	Disco Digital Versátil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PR	Paraná
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade em Educação de Jovens e Adultos.
PROEM	Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIG	Sistema Integrado de Gestão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS.....	16
1.1 As relações entre Trabalho e Educação.....	16
1.2 Reflexões acerca do Documento Base PROEJA como expressão da Proposta Pedagógica	21
1.3 A implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA	31
1.4 Os Estudos e pesquisas desenvolvidos em relação a política pública do PROEJA	33
2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO PARANÁ	38
2.1 Reflexões – O estado e as políticas públicas para a educação	38
2.2 A Educação Profissional enquanto Modalidade	41
2.3 A Educação Profissional no Paraná entre os anos de 2003 a 2010	43
2.4 A concepção e os Princípios Pedagógicos da Educação Profissional .	46
2.5 A Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná	49
2.6 Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos	50
2.7 Abordagens da Função Social da Educação de Jovens e Adultos	51
2.8 Os eixos articuladores do Currículo na EJA: Cultura, Trabalho e Tempo	55
2.9 A Educação Profissional, a EJA e o PROEJA.....	57

3. A POLÍTICA DE OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA	59
3.1 O litoral parananense enquanto espaço de pesquisa	60
3.2 A Instituição que oferta o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA	63
3.2.1 A gestão escolar da escola que oferta o PROEJA	67
3.2.2 O coordenador dos cursos ofertados pelo PROEJA	71
3.2.3 O aluno PROEJA	74
3.2.4 Dados: matrícula, evasão e conclusão de curso	74
3.2.5 Identificando o perfil do aluno	75
3.2.6 Condições de oferta do PROEJA a partir de informações apresentadas pelos alunos	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
 APENDICE A – Questionário 1 – Diretora	 94
APENDICE B – Questionário 2 – Coordenador de Curso.....	95
APENDICE C – Questionário 3 – Alunos	96
ANEXO A – Matriz Curricular PROEJA Administração	102
ANEXO B – Matriz Curricular PROEJA Logística	103

INTRODUÇÃO

A oferta de educação profissional por meio de cursos técnicos foi retomada no estado do Paraná em 2003, e entre as propostas para jovens e adultos, como os Cursos Técnicos Subsequentes e a Formação de Docentes com Aproveitamento de Estudos, encontra-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

A configuração social que incide sobre a formação profissional de jovens e adultos é analisada nesta pesquisa primeiro a partir das relações de trabalho e educação e posteriormente na perspectiva de implantação do PROEJA.

O PROEJA é proposto para os trabalhadores jovens, adultos e idosos que estão à margem do processo de escolarização, apresentando trajetória de descontinuidade escolar e longos períodos de afastamento dos estudos, o que resulta na formação de turmas heterogêneas com relação à faixa etária e às condições econômicas, culturais e sociais.

Assim sendo, esse público requer uma metodologia diferenciada e uma organização pedagógica que atenda o seu “tempo”.

As modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional (EP) eram abordadas de modos distintos, mas, com a implantação do PROEJA e os incentivos à pesquisa científica nessa área observa-se um aumento significativo da oferta de vagas dessas formas diferenciadas de ensino e do número de publicações sobre o assunto. Por outro lado, os índices de evasão dos alunos do PROEJA também já vêm sendo investigados .

O problema desta pesquisa baseia-se em refletir sobre a seguinte questão: como a União e o Estado vêm abordando os princípios pedagógicos do PROEJA, da EP e da EJA, considerando-se o desenvolvimento e a implantação do PROEJA numa realidade marcada pela contradição entre a teoria expressa no documento e a prática do cotidiano escolar?

A escolha do objeto de estudo partiu da trajetória da autora, que, enquanto pedagoga da rede estadual de ensino, acompanhou a retomada da EP no estado do Paraná e observou nos documentos uma realidade

contraditória com o desenvolvimento das políticas públicas tanto para a EP quanto para a EJA.

O objetivo geral da pesquisa é retomar os princípios históricos e políticos de uma prática social que revela uma perspectiva teórica na qual os pesquisadores se orientam pela defesa das lutas sociais no campo restrito da EJA.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- a) Refletir sobre as relações educação-trabalho e a formação humana;
- b) Observar os aspectos contraditórios no discurso do Documento-Base do PROEJA e suas relações com o desenvolvimento dos cursos;
- c) Relacionar o PROEJA com as abordagens dos documentos publicados pelo estado do Paraná com relação às modalidades EJA e EP;
- d) Levantar dados sobre o desenvolvimento do PROEJA como política pública para a educação, apresentando as contradições expressas nos documentos, concepções e princípios com a realidade da escola.

A pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa e teve início com uma revisão da literatura sobre o tema de modo a fundamentar as questões abordadas. Severino (2007) afirma que este tipo de pesquisa utiliza-se de referências à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento de seu objeto.

Os estudos foram realizados a partir das Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, das Diretrizes Curriculares da Educação Profissional e das publicações do Ministério da Educação e Cultura e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná sobre o PROEJA. Também são retomados teóricos e filósofos clássicos que discutem a questão do trabalho na totalidade histórica e o trabalho como princípio educativo, teóricos contemporâneos, como Ciavatta (2005), Frigotto (2005), Kuenzer (2002) e Ramos (2005), e pesquisadores da EJA, como Oliveira (2009), da EP e do Ensino Médio Integrado.

A EJA e a EP estão vinculadas diretamente com a educação permanente do seu público-alvo. De acordo com Oliveira (2009, p. 2),

[...] a EJA justifica-se em grande medida como educação permanente, em virtude da crescente globalização da produção e dos mercados, da acelerada mudança tecnológica, dos crescentes

desajustes do mercado de trabalho e da eventual redução da demanda por habilidades.

A proposta pedagógica do PROEJA compreende os seguintes princípios: a inclusão da população nas ofertas educacionais; a inserção orgânica da EJA integrada à EP nos sistemas educacionais públicos; a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do Ensino Médio; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento da formação do sujeito; as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

O grande desafio é a construção de uma identidade própria para esse novo espaço educativo para jovens, adultos e idosos através de um currículo integrado e inovador com o uso de metodologias e tecnologias que atendam as especificidades dos sujeitos do PROEJA.

Diante do desafio de atender essa demanda específica é que se analisaram as condições para a efetividade social desse programa, particularmente na rede estadual do Paraná.

Investigar os fundamentos teóricos da política pública do PROEJA e a materialização do trabalho pedagógico contribuiu para o avanço no entendimento dessa política pública para a educação.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo, “As Relações entre Trabalho, Educação e a Formação Profissional de Jovens e Adultos”, tece reflexões acerca das relações de educação e trabalho e dá sequência apresentando as contradições do Documento-Base do PROEJA com o contexto em que se pretende implantar tal programa.

O segundo capítulo, “A Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná”, apresenta os documentos orientadores da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) demonstrando em que fundamentos essa política se justifica e sua relação com as modalidades que pretende integrar.

O terceiro capítulo, “A Política de Oferta da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA”, traz informações sobre o desenvolvimento da política do PROEJA em uma escola da rede estadual de ensino localizada no litoral paranaense, com o objetivo de socializar como vem

sendo desenvolvida a política pública de oferta da Educação Profissional para Jovens e Adultos no contexto do PROEJA.

São apresentados dados da Instituição que oferta os cursos técnicos sobre a infraestrutura e recursos didáticos, bem como informações coletadas por meio de questionário respondido pela gestão escolar e coordenação de curso, responsáveis pela organização do trabalho pedagógico que norteia o desenvolvimento dessa política, e pelos alunos, que constituem o motivo pelo qual se instituiu a referida política pública.

CAPÍTULO 1

AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS

1.1 As relações entre trabalho e educação

As relações entre trabalho e educação variam conforme as culturas e épocas.

A cada época o mundo social impõe determinadas concepções, sendo esse o resultado de sua historicidade, de todo o processo social, e não de ações pontuais e pouco ou nada relevantes às transformações sociais e ao contexto global.

Muitos desses conceitos acabam sendo de senso comum, como a ideologia; outros, porém, emanam de fundamentações teóricas como parte da nossa condição humana e cultural, por meio das ciências humanas.

Para compreender o universo do trabalho, é importante determinar as figuras conceituais básicas de todo processo social, possibilitando a análise das relações dos modos de dominação, principalmente ao tratar da educação entre trabalhadores. Nesse sentido, cabe ressaltar que esse universo não é pequeno, pois remete à lógica da construção da sociedade capitalista.

A sociedade capitalista tem como princípio mais importante o lucro. A Revolução Industrial consolidou a sociedade burguesa liberal capitalista, que tinha como princípios a igualdade entre os homens e a livre-iniciativa.

Nessa perspectiva, na empresa privada o homem teria liberdade para fazer contratos de acordos, investir, comprar e vender buscando seus interesses.

Como o sistema incentivava a concorrência entre as empresas, elas procuravam novas tecnologias para produzir mais e reduzir os custos. Só assim teriam condições de manter seus produtos no mercado, que exigia um novo perfil de trabalhador.

Essa configuração social, que incide sobre a formação profissional de jovens e adultos, é analisada primeiro a partir das relações de trabalho e educação e posteriormente na perspectiva de implantação do PROEJA.

Semeraro (2006), retomando Marx (2006), destaca que, mediante as contradições da organização social do trabalho, estabelecem-se as relações de trabalho.

Marx foi um intelectual que se envolveu nas lutas operárias e que realizou diversas publicações que expressam sua vivência e posicionamento no contexto capitalista. Em muitas de suas obras demonstra a necessidade de o sujeito trabalhador conhecer o funcionamento da sociedade, desvelar os mecanismos de dominação mascarados pela ideologia dominante e os enfrentamentos das classes na disputa de poder.

Por meio da filosofia da práxis, demonstrou que os sujeitos não podiam limitar-se ao mundo das ideias, deveriam ser politicamente compromissados com o próprio grupo social, tornando-se conhecedores do entrelaçamento da produção material.

Segundo Semeraro (2006, p. 374), a intensa atividade nas fábricas e a agitação política em 1845 na Europa transformavam as relações sociais, provando que a sociedade podia ser modificada pela iniciativa de diferentes sujeitos. Assim, contrárias à burguesia instalada nos centros de poder, passaram a fazer parte da história as classes organizadas de trabalhadores que lutavam por um novo projeto de sociedade.

O conceito básico sobre o qual a ação educativa entre os operários se estruturava era o exercício de uma participação política e cidadã. No entanto, nessa época o trabalho era compreendido pelo capital como produção de mercadoria, como trabalho assalariado resultante da valorização do capital.

Compreender o trabalho a partir de Marx (1983) exige reflexão sobre o capitalismo. Engels, como Marx (1983), considerava a teoria da economia política de sua época a mais avançada.

Essa economia política (o capitalismo) se apresenta como defensora da liberdade, do comércio, do câmbio e da propriedade privada, dando um caráter quase natural ao isolamento dos indivíduos e de seus interesses, o qual impede esses indivíduos de se reunirem para criar uma comunidade solidária de cidadãos e realizar o bem público.

Diante dessa realidade, Engels (1983) insiste na importância do trabalho criador do valor e do homem como mercadoria para compreender o capitalismo.

Nesse cenário a concorrência é interpretada como um movimento destruidor que resulta na estrutura social, no desemprego e na delinquência.

Em suas obras, Marx (2006) critica a desumanização resultante da concorrência e do trabalho alienado, analisa o trabalho e o consumo e constata que, ao trabalhar, o trabalhador se exterioriza e se objetiva no produto de seu trabalho, ficando alheio à produção. Assim, o capitalismo se contrapõe ao trabalho, no qual o sujeito se autorrealiza.

Essas abordagens são pertinentes, uma vez que apresentam forte influência no contexto do trabalho e nas análises teóricas das relações sociais, além de ressaltarem as especificidades do capitalismo e remeterem às questões do processo de valorização do trabalho e do significado do trabalho para o ser humano.

As questões pontuadas até o momento são relacionadas com a época vivenciada por Marx (1989) e suas características econômicas, culturais e sociais, mas se fazem presentes no contexto atual e ilustram a organização, a divisão do trabalho e a nova configuração da formação do trabalhador.

A divisão do trabalho na sociedade se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho, a conexão dentro da manufatura, dos trabalhos parciais se realiza através da venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista que as emprega como força de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si. (MARX, 1989, p. 407).

Para Marx (1989), o processo de divisão do trabalho vai sofrendo modificações. Essas modificações vêm ocorrendo na forma de processos de especializações da produção, fruto dos processos reais da industrialização e de inúmeros processos produtivos desenvolvidos pela necessidade de aumentar o alcance no mercado.

Esse conjunto de processos acaba subdividindo o trabalho e exigindo cada vez mais trabalhadores com formação para atuar nas diferentes áreas profissionais, determinando-o e tornando-o exclusivo.

Assim, o trabalho acaba apresentando uma divisão concreta que irá servir de ponte para se chegar às relações sociais produtivas, que envolvem,

além das diferenças técnicas de trabalho, outro tipo de mediação: as próprias relações sociais.

Tais contradições se realizam por meio da apropriação do trabalho alheio, da propriedade privada e dos meios de produção, relações que expressam a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas.

A divisão do trabalho também incide nas relações sociais entre os próprios capitalistas, que dominam e necessitam trocar suas mercadorias, realizar o movimento de comprar e vender.

Na mesma perspectiva, Saviani (2002) enfatiza que no momento atual do capitalismo vive-se um profundo acirramento da contradição entre o avanço exponencial das forças produtivas, mediante a revolução digital, e o caráter cada vez mais fragilizado das relações sociais.

É importante perceber que as palavras ou os conceitos vão mudando de sentido conforme os diversos movimentos da história.

O trabalho pode ser compreendido como todas as atividades realizadas, não na valorização do capital, mas na reposição criativa das condições do bem viver, próprio dos agrupamentos humanos.

Há uma diversidade de situações de trabalho que não se reduz ao trabalho “assalariado”, vendido ao capital. Segundo Barbara (1999), cada vez mais os postos de trabalho, a partir do uso da tecnologia, vêm desencadeando um trabalho humano reduzido e diferenciado.

O trabalho assalariado está sendo modificado nas novas formas de exploração da massa trabalhadora pela desregulamentação das relações de trabalho, o que se dá pela precarização ou pela terceirização, ou ainda pela ressignificação do cooperativismo e da economia popular solidária.

O trabalho como atividade humana, fundamental para a produção do conhecimento e cultura, o aperfeiçoamento e a sobrevivência do ser humano, continua presente na história da humanidade, que está de certa forma acorrentada ao capitalismo.

A partir das relações entre trabalho, educação e a formação profissional de jovens e adultos, faz-se necessário refletir sobre educação, pois é a educação desses sujeitos, vista enquanto processo social, que irá determinar a sua relação com os processos sociais.

Propõe-se um pensar sobre educação e trabalho no sentido de construção do conhecimento, que exija do sujeito que ele se desenvolva histórica, social e culturalmente. Para que isso aconteça, é preciso que desde o início cada sujeito seja concebido como um ser social, e não como um indivíduo.

Pensar nas relações trabalho e educação é pensar na dimensão das relações sociais que incidem sobre a formação do ser humano.

Isso não quer dizer que pensar em trabalho e educação ou educação e trabalho é pensar em formação profissional. Neste caso é pensar na formação integral do ser humano – que contempla a formação para o trabalho ou formação profissional –, é desmistificar as relações de produção da sociedade e preparar o educando para um contexto mais amplo e significativo de vida social.

As relações entre trabalho e educação remetem ao mundo do trabalho, e não ao significado simplório do mercado de trabalho. No entanto, pensar no mundo do trabalho não exclui o mercado de trabalho, que está inserido no primeiro.

O mundo do trabalho e suas transformações vêm ocasionando um reordenamento do trabalho e do campo educacional. A introdução de novas tecnologias operacionais altera a base técnica da produção e a organização do trabalho, o que acaba resultando em uma nova demanda de formação humana.

Para analisar esse novo reordenamento da educação mediante as transformações do trabalho, precisa-se compreender corretamente o fenômeno da educação, o que inclui entender o porquê do seu surgimento. Tonet (2005) discorre sobre a função que a formação humana exerce nesse processo de tornar-se homem do homem.

Antes de quaisquer apontamentos, cabe ressaltar que a linguagem, o conhecimento e a educação são inseparáveis da categoria trabalho, considerada por Marx (2006) como a raiz ontológica do ser social.

As relações trabalho-educação são compreendidas para além do sentido restrito da educação escolar tradicional, isto é, no sentido de formação para a vida, de formação profissional para além das técnicas.

O trabalho, por sua própria natureza, é uma ação que incide sobre o processo social e, mesmo que possa ser realizado isoladamente, implica, por

parte do sujeito, a apropriação de saberes, conhecimentos, habilidades, valores, objetivos, entre outros.

1.2 Reflexões acerca do Documento-Base do PROEJA como expressão de proposta pedagógica

O Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, por meio do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, publicaram, em 2006, o Documento-Base do PROEJA, que apresenta todo o contexto que originou o referido programa.

Esse documento foi elaborado para a implantação do PROEJA e anuncia a EJA como um campo de conhecimento específico e uma política pública, destacando os fatos históricos presentes nessa abordagem.

Enunciar a EJA como um campo específico sem articular o fato de que a EP também o é demonstra que o Estado confere mais destaque à primeira modalidade de ensino. Assim, imediatamente se observa uma contradição gritante, pois a proposta do PROEJA é a integração de ambas.

Esse documento define o PROEJA como um programa que se propõe a abordar a formação humana por meio do acesso aos conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos desenvolvidos pela humanidade no decorrer da história. A integração com a formação profissional possibilitará a compreensão do mundo e do sujeito perante o mundo: “A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele” (BRASIL, 2007).

O enfrentamento radical da problemática educacional e o reconhecimento da adoção de orientações econômicas no marco da lógica competitiva do momento atual do capitalismo são aqui apresentados com o intuito de advertir que a apreensão do PROEJA como objeto de análise teórica deve partir da sua dupla e contraditória condição.

Condição estas, que partem da formação do trabalhador entre as políticas econômicas capitalistas, desenvolvida através de formas competitivas e desiguais, e ao mesmo tempo uma oportunidade de formação profissional, de escolarização da população jovem e adulta, historicamente excluída dos processos escolares.

Compreender o PROEJA nessa perspectiva exige reflexão dos possíveis avanços políticos, pedagógicos e financeiros anunciados no Documento-Base do programa, para não se correr o risco de lançar sobre tal política para a educação perspectivas marcadas pela ingenuidade política e pela superficialidade teórica.

O Documento-Base apresenta os seis princípios que consolidam os fundamentos dessa política e direcionam a composição e organização do seu projeto político-pedagógico, bem como as ações a serem desenvolvidas durante a oferta dos cursos:

1. O primeiro princípio diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais. 2. O segundo princípio, decorrente do primeiro, consiste na inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos. 3. A ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio, constitui o terceiro princípio, face à compreensão de que a formação humana não se faz em tempos curtos, exigindo períodos mais alongados, que consolidem saberes, a produção humana, suas linguagens e formas de expressão para viver e transformar o mundo. 4. O quarto princípio compreende o trabalho como princípio educativo. 5. O quinto princípio define a pesquisa como fundamento da formação do sujeito contemplado nessa política, por compreendê-la como modo de produzir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual desses sujeitos/educandos. 6. O sexto princípio considera as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. (BRASIL, 2007, p. 37-38).

O primeiro princípio inicia estabelecendo a escola como objeto do “papel e compromisso das entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais que têm a inclusão da população em suas ofertas educacionais” (BRASIL, 2007, p. 37)

Segundo o documento, essa perspectiva deriva da comprovação de que muitos jovens e adultos que não concluíram seus estudos na educação básica em sua faixa etária regular têm pouco acesso a essas redes, o que se relaciona com o segundo princípio, decorrente do primeiro, o qual aborda a modalidade EJA integrada à EP na rede pública.

O terceiro princípio remete à ampliação do direito à educação básica como estratégia do acesso ao Ensino Médio.

O quarto princípio compreende o trabalho como princípio educativo, concebido enquanto atividade humana.

O quinto princípio define a pesquisa como fundamento da formação do sujeito, seja ele sujeito aluno, seja sujeito professor, já que ambos atuam na construção do conhecimento.

O sexto princípio considera as identidades sociais como parte do diagnóstico do perfil dos alunos da EJA.

O texto do documento também destaca que o direito à escola proporciona o questionamento das formas de inclusão que têm sido realizadas, uma vez que a exclusão pode ser gerada e promovida pelo próprio sistema escolar, quando não é assegurada a permanência e sucesso dos alunos nas unidades de ensino.

Para que haja o enfrentamento da questão da inclusão/exclusão, é necessária a compreensão das razões concretas que geram tal fenômeno, caso contrário, existe a possibilidade de se esvaziar o discurso, o que proporciona a busca de soluções ideológicas e ficcionais.

O Documento-Base do PROEJA aponta essas questões, mas fica claro que não é intenção do referido documento discuti-las; ele apenas estabelece uma forma de “operacionalizar” a oferta de formação profissional na modalidade EJA.

Ademais, não se pode negar que a ausência de clareza, aprofundamento e subsídios teóricos do texto do documento conduz o sujeito leitor a um discurso muito antigo, que confere somente à escola a responsabilidade pela inclusão e garantia do acesso a ela.

O texto revela sua fragilidade ao apontar a velha visão da escola como redentora. Como observam Klein e Silva (2007 *apud* ALMEIDA, 2008) “incorre-se, portanto, num raciocínio estéril ao conclamar e culpabilizar, ao mesmo tempo, que segundo Almeida (2008) a escola por algo que foge ao seu controle e ao tratá-la como entidade abstrata, compreendida nos limites de sua organização, sem a devida análise do contexto que a produz” (KLEIN; SILVA, 2007 *apud* ALMEIDA, 2008).

Essa reflexão possibilita o entendimento de que a educação inclusiva é uma proposta inerente a uma sociedade que tem como alicerce a desigualdade e como fundamento a propriedade privada.

Cabe lembrar que na sociedade capitalista a alienação é um conceito presente. Marx (2006) afirma que a alienação não é parte intrínseca do ser

humano, mas deriva das condições materiais de vida. Portanto, há indivíduos alienados das riquezas sociais produzidas e dos bens construídos historicamente pelo homem.

Marx (2006) já alertava que o trabalhador, quanto mais riqueza produz, quanto mais aumenta sua produção em poder e extensão, mais pobre se torna. Assim, o trabalhador constitui-se como uma mercadoria mais barata quanto maior o número de bens que produz: “Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2001, p. 111).

Diante do exposto e da questão da inclusão, é importante reconhecer, segundo Marx (2002), que a sociedade que produz a riqueza produz conjuntamente miséria, e, conseqüentemente, tem-se um trabalho atormentante e a degradação moral.

A acumulação de riqueza num pólo e, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital. (MARX, 2002, p. 749).

Para além da responsabilidade única da escola e desse programa, estão questões estruturais da sociedade que demandam um aprofundamento intensificado.

No que se refere à oferta da modalidade EJA integrada à EP nos sistemas educacionais como princípio desse programa, há de se levar em conta, do ponto de vista educacional, a relação da EJA com as políticas educacionais, utilizadas algumas vezes não como políticas, mas como estratégias políticas desenvolvidas através de projetos.

O Documento-Base enfatiza que “a formação humana não se faz em tempos curtos, exigindo períodos mais alongados, que consolidem saberes, a produção humana, suas linguagens e formas de expressão para viver e transformar o mundo” (BRASIL, 2007, p. 38), mas é importante lembrar que na sociedade capitalista são desenvolvidas formações aligeiradas estrategicamente estabelecidas por metas e fantasiadas pelos termos “políticas públicas”, sob o rótulo da inclusão, da formação, da integração.

Assim, temos diversos programas¹ que nesse sistema são geridos por instituições privadas; quando o são por instituições públicas, são mediatizados por investimentos através de licitações, carta-convite e outras formas de manipulação do capital.

O trabalho como princípio educativo é um aspecto pedagógico descrito nesse documento como pilar para a implantação do PROEJA. Nele é referida a compreensão de que “homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho: ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem” (BRASIL, 2007, p. 38).

Para Gramsci (2000, p. 18), em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora.

Com esse conceito, o autor demonstra a sua compreensão do trabalho como princípio educativo, visto que mesmo o trabalho alienado fornece subsídios para a atividade intelectual. Esta, por sua vez, demonstra a capacidade emancipadora da dimensão do trabalho, que tem a dimensão educativa implícita na integração entre técnica e ciência na formação do jovem e adulto, em suas extensões prática e teórica, que possibilitam a formação integral do ser humano.

A pesquisa como fundamento da formação do sujeito, por ser compreendida como modo de produzir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual de sujeitos jovens e adultos, é parte da proposta pedagógica do PROEJA.

É óbvio que a pesquisa é uma ação importante da prática social, mas o Documento-Base não apresenta com clareza como ela será desenvolvida, tampouco define os encaminhamentos teóricos e práticos para que seja realizada. Outro fato é que a pesquisa não é abordada como princípio da prática docente.

O educando da EJA tem um perfil diversificado, considerando-se as relações étnico-raciais, de gênero, sociais, culturais, econômicas e regionais e

¹PROEJA, PROJEM URBANO, PROJOVEM CAMPO, PRONATEC, PRONACAMPO, E-TEC BRASIL, PROINFANTIL, PROFUNCIONÁRIO, entre outros.

tendo-se como base da formação humana e das identidades sociais os modos de produção (BRASIL, 2006).

De acordo com Almeida (2008), a natureza submersa a essa problemática do PROEJA impõe a necessidade de compreender a especificidade da EJA como princípio metodológico primário da organização curricular, sem que isso designe descuido em relação às exigências didático-pedagógicas da EP.

Esse programa apresenta uma proposta de projeto político-pedagógico integrado, sendo o termo integrado referente ao currículo integrado, cujo objetivo é possibilitar aos educandos uma formação sólida, vinculada à formação profissional, ou seja, a formação integral do aluno como sujeito capaz de compreender a realidade social, econômica, política e cultural para nela atuar e contribuir para a transformação social.

O termo integrar significa compreensão das partes no seu todo [...] educação como totalidade social [...] nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...] enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual. (CIAVATTA, 2005, p. 84).

A integralização curricular, vista como totalidade social, segundo Ciavatta (2005), expressa a concepção de organização do conhecimento para a formação profissional, ou seja, a formação dos trabalhadores.

Essas ideias sugerem a necessidade de superação da trilogia ser humano-trabalho-conhecimento, que, para Marx (2006), mostra a divisão entre os que pensam e os que executam, trabalho intelectual e trabalho manual, teoria e prática, formação humana e geral para o Ensino Médio e formação técnica para a educação profissional, base nacional comum e formação específica.

Nesse sentido, pensar na construção de um currículo integrado para essa política educacional envolve também as especificidades da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), de forma a estabelecer relações entre o Ensino Médio e a EP, na perspectiva de um projeto pedagógico que considere o mundo do trabalho e os saberes produzidos nos diferentes espaços de aprendizagem.

É fundamental essa proposta focar a diversidade dos sujeitos a que se destina, que têm histórias, rostos, gêneros, raças, etnias, gerações diferenciadas e participam de lutas sociais. É importante conhecer, ouvir e considerar seus saberes, experiências e condições de vida.

Partindo dos princípios e das concepções já referenciadas, entende-se que a organização curricular do PROEJA deve ser uma construção permanente, processual e coletiva, com o envolvimento de todos os sujeitos que participam dessa política.

O currículo integrado surge como uma opção de desenho pedagógico que articula experiências, trabalho, valores, ensino, práticas, teorias, concepções e saberes, orientado pelo diálogo constante com a realidade.

Davini (2008, p. 284) define currículo integrado como “um plano pedagógico [...] que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade”.

Observa-se que a autora estabelece constantes relações entre conhecimento empírico e científico, que, modificado pela práxis, retorna para a comunidade num constante devir.

A elaboração de um currículo integrado requer flexibilidade e adaptação às diversidades culturais, locais e regionais, em um processo democrático e participativo de discussão que culmine na construção coletiva de um projeto pedagógico que articule novas metodologias com base em um novo olhar docente/discente.

Uma perspectiva crítica na educação permite que a neutralidade no processo de construção do currículo seja construída por um viés político e epistemológico, pois, segundo Moreira e Silva (2002, p. 21), “o currículo é uma área contestada, é uma arena política”.

A proposta de currículo do PROEJA é o currículo integrado. Segundo Ciavatta (2005, p. 86), o sonho de uma formação completa partiu dos primeiros socialistas, que buscavam o viés “omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”.

Essa questão foi sendo ampliada com o passar do tempo e com a análise da marginalização e do acesso aos bens produzidos pela sociedade.

Defender um currículo integrado no Brasil é também defender o acesso ao conhecimento acumulado socialmente, portanto, é defender a escola pública, gratuita e de qualidade para todos, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos.

O que caracteriza o currículo integrado é a integração, a articulação da formação específica (técnica) com a formação geral. Para os trabalhadores, que muitas vezes precisam da formação profissional para trabalhar ou manter seu emprego, esse currículo busca o acesso a conhecimentos da cultura geral, a possibilidade de se perceber na história e ser capaz de mudar seu destino, situando-se no mundo do trabalho.

Nesse contexto, a instituição de ensino reveste-se de uma dupla responsabilidade social: por um lado, é uma mediação indispensável para a cidadania, ao prover, de modo sistemático e organizado, a educação que atualiza historicamente as novas gerações; por outro, porque não pode dar conta de todo o saber produzido historicamente, ela precisa fazer isso de modo seletivo, priorizando aquilo que é mais relevante para a formação dos cidadãos (PARO, 1999, p. 110).

O trabalho deve retomar o seu lugar de importância no processo de constituição dos seres humanos, deve ser realização, atividade criativa e criadora. A proposta de integração curricular é, nesse sentido, uma estratégia para uma educação diferenciada, que, mesmo estando no viés do Estado, que é parte do sistema sociometabólico do capital, abre uma possibilidade de, na contradição, construir uma perspectiva diferenciada, que vise o ser humano, e não o mercado de trabalho.

Essa educação profissional, para Campos (2009a), está calcada na busca pela totalidade do homem enquanto sujeito ativo e pode ser, então, utilizada para além da lógica sistemática de qualificação profissional. Ela deve buscar a formação do sujeito em suas diversas possibilidades, com uma visão de mundo do trabalho, para que ele se localize e se reconheça em sua atividade geradora.

Nesse sentido, os avanços do Decreto nº 5.154/04 são assim assinalados por Frigotto (2007, p. 41):

Na sua gênese, dentro das contradições da travessia, tratava-se de resgatar a perspectiva do ensino médio na perspectiva da educação politécnica ou tecnológica. Concepção refutada e abertamente combatida pelas forças conservadoras do governo FHC. Daí, contrariamente à perspectiva de aligeiramento e profissionalização compulsória da Lei n. 5.692/71 e do dualismo imposto pelo Decreto n. 2.208/97, o ensino médio integrado amplia de três para quatro anos este nível de ensino para permitir ao jovem uma formação que articule ciência, cultura e trabalho. Uma perspectiva, portanto, que supere tanto o academicismo quanto a visão de profissionalização adestradora. Tratava-se de avançar, tendo como parâmetro as condições materiais dos CEFETs, na concepção da educação politécnica ou tecnológica.

A questão da integração estabelecida na legislação não representa um avanço significativo na ação pedagógica das instituições de ensino que ofertam o PROEJA, pois “tudo empresta uma extrema seriedade àquilo que a escola se propõe a fazer e àquilo que ela de fato faz” (PARO, 1999, p. 110).

Isso implica a definição de um perfil profissional de acordo com as atribuições e práticas sociais da profissão de professor, em conformidade com os conhecimentos que formarão uma rede que norteará os objetivos, conteúdos, metodologias e a avaliação da aprendizagem e da proposta pedagógica.

Ainda em relação à integração curricular, Ciavatta (2005, p. 84) salienta a necessidade de

[...] enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/ trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Nessa perspectiva, a educação geral aliada com a educação profissional proporciona uma formação geral para o mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania. Através do trabalho, o ser humano transforma a realidade e a si mesmo nas relações com os outros.

Dessa forma, a proposta de currículo que parece mais apropriada para o PROEJA é aquela que atenda as necessidades de integração entre teoria e prática, ensino e trabalho, ensino e comunidade, e que seja uma experiência de participação democrática dos sujeitos envolvidos no processo de construção coletiva.

O grande desafio que desponta é a construção de uma identidade própria para esse novo espaço educativo para jovens, adultos e idosos através de um currículo integrado e inovador com o uso de metodologias e tecnologias que atendam as especificidades dos sujeitos do PROEJA.

Entendemos que o processo de construção e reconstrução do currículo integrado deve permanentemente ser debatido e avaliado no coletivo das instituições que ofertam o PROEJA para que seja concretizado no cotidiano da sala de aula, tornando dinâmicas as relações já sistematizadas na proposta pedagógica.

Considerando a função social da escola e da EP integrada à EJA, é relevante não esquecer que o currículo integrado articulado à ciência, cultura, tecnologia e trabalho deve estar voltado às diversidades dos educandos, alvo dessa formação técnico-humana e que em sua grande maioria já estão trabalhando sem a qualificação específica para as funções que exercem, embora tenham adquirido a experiência profissional no exercício da prática.

A ciência, cultura, tecnologia e o mundo do trabalho formam um grupo de referência para a organização e construção de currículos transformadores organizados para a aprendizagem significativa, o desenvolvimento integrado e efetivo, as necessidades, aspirações e expectativas dos alunos e a transformação da realidade em que vivem.

É importante também uma reflexão quanto à infraestrutura das instituições de ensino que estarão articulando esse currículo, já que equipamentos tecnológicos e referências teóricas são instrumentos para resultados e avanços significativos.

Para tanto, é preciso que as alternativas didáticas de integração de conhecimentos, no âmbito desse programa, sejam planejadas, acompanhadas e avaliadas; que os esforços visando a integração sejam contínuos e participativos e que as experiências sejam sistematizadas e avaliadas, garantindo assim a efetividade social do programa.

O maior desafio na efetivação do PROEJA em relação ao seu desenho e organização curricular está na prática da composição sintética das modalidades envolvidas na oferta do Ensino Médio, pois elas não podem ser vistas de formas distintas, separadas.

É preciso compreender que a EJA e a EP, antes de tudo, são integradas e incorporadas aos avanços que cada uma proporciona e que o sujeito dessas modalidades é o mesmo, ainda que o docente dessas formas de oferta de Ensino Médio efetive continuamente mudanças na organização do processo de ensino-aprendizagem.

1.3 A implantação do PROEJA

Na retomada do mundo do trabalho e suas transformações e no campo educacional, é real a presença de políticas públicas, programas e projetos do Estado para o desenvolvimento de ações ao atendimento de demandas específicas da sociedade.

Almeida (2008) afirma que o PROEJA foi instituído pelo Decreto nº 5.840/06, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para proporcionar a formação inicial e continuada de trabalhadores. A sua implantação foi realizada por meio do Ministério da Educação (MEC), pela publicação do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, o qual tinha como objetivo instituir o PROEJA no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Destaca ainda que o Decreto nº 5.478/05 foi substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de junho de 2006, que ampliou a oferta do PROEJA para as instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e para as entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical, o denominado Sistema S².

A proposta do Decreto nº 5.840 reafirma o objetivo do decreto anterior da formação para os trabalhadores em nível médio.

Essa formação profissional articulada ao Ensino Médio na modalidade EJA pode ser ofertada de duas formas: a integrada e a concomitante, sendo ambas previstas no Decreto nº 5.154/04.

² O Sistema S é constituído por órgãos dos setores produtivos responsáveis pelo desenvolvimento de ações voltadas para os seus trabalhadores: SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes), SEST (Serviço Social de Transportes), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

Tal implantação promove a necessidade de reflexões e discussões a respeito das relações entre educação básica e a modalidade EP e os desafios postos no processo de implantação do programa, pois o mesmo é proposto na perspectiva de inclusão social, de colocar nos bancos escolares os excluídos desse processo.

Sua proposta afirma que um projeto como esse é requerido para o desenvolvimento nacional, sendo um dos seus aspectos norteadores o rompimento com a dualidade entre cultura geral e cultura técnica. Essa perspectiva vem apresentada nos relatórios do MEC, inseridos no Documento-Base do PROEJA.

Para Melo (2011), o PROEJA institui-se e fixa sua significação na busca pela universalização da educação básica e pela ampliação das oportunidades de qualificação e nas perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fato que limita as oportunidades de inserção na vida social e no mundo do trabalho.

A ênfase está pautada pelas reais necessidades dos jovens e adultos, o que significa que essa política pública necessitará assegurar que esses sujeitos tenham condições de continuar estudando.

O PROEJA apresenta um desafio do ponto de vista epistemológico, na composição da organização do trabalho pedagógico, para que se possa garantir a efetividade da proposta pedagógica curricular integrada.

O currículo proposto pelo estado do Paraná para o PROEJA (PARANÁ, 2006) tem como alicerce o trabalho como princípio educativo (GRAMSCI, 1978) vinculado a uma epistemologia que articula os conhecimentos das ciências com os conhecimentos específicos, o que constitui um desafio para a implantação dessa política pública.

Tendo em conta os já mencionados seis princípios do PROEJA é que se analisam as condições para a sua efetividade social, buscando compreender o processo de sua implantação na rede estadual do Paraná.

A implantação do PROEJA é uma proposta de inclusão de jovens e adultos através do acesso à educação básica (escola), que oferta o Ensino Médio Integrado à EP.

Ramos (2003) reflete sobre a diferença entre a inclusão via escola e a exclusão via mercado. A autora alerta que os processos de educação para a

cidadania e para o trabalho se confundem “justamente no momento em que o mercado de trabalho reserva espaço para cada vez menos pessoas” (RAMOS, 2003).

O PROEJA como política pública para a educação, tendo em vista a formação básica e profissional de jovens e adultos, é movimento de políticas fragmentadas e isoladas em ambas as modalidades de ensino que integra.

O programa tem como meta atender uma população específica, os jovens e adultos que ficaram à margem do processo escolar, entendendo-os como pessoas que vivem do trabalho (KUENZER, 2002, p. 49).

Diante desse fato, é necessário ponderar que o universo da EJA é formado por sujeitos marcados por experiências negativas, excludentes, que não puderam ingressar ou permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, ou por outras situações ligadas ao seu contexto social.

1.4 Os estudos e pesquisas desenvolvidos em relação à política pública do PROEJA

O desenvolvimento do PROEJA apresenta uma grande oportunidade, um espaço aberto de exploração da pesquisa, de experimentação pedagógica, de produção de materiais didáticos e de formação especializada de profissionais da educação.

Ações desenvolvidas nessa perspectiva contaram com incentivos de várias instancias do governo e de pesquisadores da EJA.

O Portal Fóruns EJA Brasil³, criado em 7 de março de 2006 a partir do VII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), apresenta questões sobre o PROEJA no tema EP.

Nesse portal são disponibilizadas informações sobre o PROEJA, como a relação de instituições que desenvolvem pesquisas sobre o assunto, locais que ofertam especialização na área, documentos, teses e dissertações, o PROEJA nos institutos federais, entre outras questões pertinentes a essa abordagem.

³ O Portal Fóruns EJA Brasil pode ser consultado no endereço eletrônico <http://forumeja.org.br/>. Esse portal disponibiliza temas sobre a EJA.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em seu Grupo de Trabalho 18, denominado Educação de Pessoas Jovens e Adultas, já publicou vários artigos, como: “O desafio do Currículo Integrado no PROEJA” (CAMPOS, 2009b), que demonstra experiências do PROEJA no estado de Goiás no período de 2006 a 2010; “Os Sentidos do Proeja: Possibilidades e Impasses na Produção de um Novo Campo de Conhecimento na Formação de Professores” (OLIVEIRA; CEZARINO, 2008), que se refere a uma pesquisa sobre a formação continuada dos professores que atuam no PROEJA; “Da EJA ao Proeja: A Transição da Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal” (SILVA, 2010), que demonstra os resultados de uma dissertação de mestrado sobre a implantação do PROEJA na rede federal. Foram muitos os artigos publicados pela ANPEd sobre as pesquisas a respeito do PROEJA, as quais apresentam grande variedade de objetos de pesquisa no âmbito desse programa.

Outros eventos realizados pela Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (ANPAE) também culminaram em publicações sobre o PROEJA. Além disso, o Congresso Nacional de Educação e outros eventos que tratam do contexto da educação estão abrindo espaço para discussões sobre esse campo de pesquisa.

Outra forma de incentivo desenvolvida a partir das ações de implantação do PROEJA se deu através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que abriu o Edital nº 03/2006 do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJACAPES/SETEC. Esse documento foi um incentivo às publicações sobre a implantação do PROEJA.

O PROEJA-CAPES/SETEC tem por objetivo estimular no País a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES e/ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área. (CAPES, edital 03/2006, p. 1).

Esse edital estimulou inúmeras ações que contribuíram para a difusão das ações de implantação do PROEJA nas diferentes esferas do Estado.

O estado do Paraná teve como uma de suas representatividades no campo das pesquisas sobre o PROEJA a criação de um Grupo de Pesquisa interinstitucional, que desenvolveu o Projeto de Pesquisa nº 09, Edital nº 03/2006 PROEJA – CAPES/SETEC, denominado “Demandas e Potencialidades do PROEJA no Estado do Paraná”, período 2007-2011.

As instituições que fizeram parte desse Grupo de Pesquisa foram: o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Esse Grupo de Pesquisa interinstitucional está inserido no campo das pesquisas sobre o PROEJA e tem como objetivo a produção de conhecimento, a formação de pesquisadores pós-graduados e o fortalecimento de grupos de pesquisa na temática referida, no âmbito do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional.

Além das pesquisas desenvolvidas em cada instituição envolvida pelo referido grupo, ações pontuais foram realizadas na UTFPR, como a oferta de especialização para a formação de docentes para atuar nas turmas de cursos ofertados pelo PROEJA e eventos para a apresentação dos trabalhos do Grupo de Pesquisa, como o Diálogos do PROEJA.

Também foram promovidas pelos institutos federais diversas formas de socialização de publicações acerca do tema, nas quais foram divulgadas pesquisas de alunos do Ensino Médio do PROEJA, dos professores que atuam nos cursos ofertados pelo PROEJA e de pesquisadores da área. A característica é que todas as pesquisas publicadas eram sobre as experiências desenvolvidas nos próprios institutos federais, como se não houvesse mais formas de implantação do PROEJA.

Com relação às publicações de dissertações de mestrado no estado do Paraná, pode-se observar um número pequeno, mas significativo e diversificado, conforme ilustra o Quadro 1:

Quadro 1. Dissertações de mestrado publicadas entre os anos de 2008 e 2010 no estado do Paraná sobre o PROEJA.

Ano	Instituição	Título	Autor
2008	UFPR	Um estudo do e no processo de implantação no estado do Paraná do PROEJA: problematizando as causas da evasão	ALMEIDA, Adriana
2009	UFPR	As representações do Trabalho junto a professores que atuam no PROEJA: da representação Moral do Trabalho ao Trabalho como auto realização	CORSO, Angela Maria
2009	UNIOESTE	A formação profissional no Ensino Médio Integrado: discussões acerca do conhecimento	GOTARDO, Renata Cristina da Costa
2010	UFPR	O currículo integrado do PROEJA: trabalho, cultura, ciência e tecnologia em tempos de semiformação	COLONTONIO, Eloíse Médice
2010	UTFPR	Acesso, permanência e evasão nos cursos do PROEJA em Instituições de ensino de Curitiba – PR	DEBIÁSIO, Flávia de Jesus Mendes
2010	UNIOESTE	Avaliação da implementação do PROEJA em municípios do Oeste do Paraná (2008-2009)	HOTZ, Karina Griggio

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de dados disponíveis na internet.

Tais pesquisas são diversificadas, apresentando questões como implantação do PROEJA, reflexões sobre o trabalho, os eixos que compõem a concepção do currículo integrado no PROEJA, os altos índices de evasão e a formação dos professores para atuar nessa forma de oferta de EP. Também foram encontrados livros publicados sobre questões pertinentes ao PROEJA, os quais abordam a formação dos professores dessa modalidade, a política pública do PROEJA e a formação do trabalhador.

Quadro 2. Livros publicados entre os anos de 2007 e 2010.

Ano	Instituição/ Editora	Título	Autor
2007	CEFET/RN	Formação dos educadores em PROEJA: intervir para integrar	SILVA, Amélia Cristina Reis e BARACHO, Maria das Graças (Org.)
2007	UFGRS	O PROEJA como Política Pública Federal	SANTOS, Simone Valdete, FRANZÓI, Naira Lisboa, ESBALÃO, Leomar da Costa, ALBERNAZ, Roselaine, DOROW, Clóris e ARENHALDT, Rafael (Org.)
2010	Ed. XAMA	A Formação Integrada do Trabalhador – desafios de um campo em construção	MACHADO, Maria Margarida Machado e OLIVEIRA, João Ferreira (Org.)

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de dados disponíveis na internet.

Entre os anos de 2008 e 2010 a Universidade Federal do Paraná não apresentou teses de doutorado sobre o PROEJA. A Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Londrina não apresentaram publicações de dissertações sobre esse tema.

Há inúmeros artigos publicados sobre esse tema e um número reduzido de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Como já foi exposto, esses artigos apontam estudos e pesquisas com focos diversos.

Tais publicações contribuem para a avaliação e desmistificação da referida política pública para a educação. Avaliação no sentido de socializar com os educadores e pesquisadores como ela vem sendo desenvolvida, quais são os sujeitos, condições de oferta e organização do currículo para o atendimento dessa especificidade. A desmistificação, por sua vez, refere-se a abordar de forma crítica os reais interesses do Estado e as contradições emaranhadas no capitalismo.

Mesmo diante de tantas publicações sobre o PROEJA, os dados demonstram que o assunto ainda requer investigação.

Os estados brasileiros vêm desenvolvendo políticas de oferta para a EP e para a EJA, delimitando as concepções e princípios que norteiam o trabalho pedagógico e a forma de oferta. O próximo capítulo aborda essas questões no âmbito do estado do Paraná.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO PARANÁ

2.1 Reflexões – O Estado e as políticas públicas para a educação

O Estado é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (isto é, uma população, ou um povo). É a maior organização política que a humanidade conhece, compreendendo também a dominação (poder) sobre os homens. Gruppi (1986) aponta esses conceitos tendo em conta a postura que o Estado exerce na organização social.

O estado do Paraná publicou para as modalidades da EP e da EJA documentos, denominados diretrizes, nos quais estabelece procedimentos contraditórios com vistas à efetivação de uma política pública para a educação, sendo ela um movimento de políticas fragmentadas e isoladas, em ambas as modalidades de ensino.

Esses documentos estão em processo de análise pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná devido aos Artigos 9º e 10º da LDB 9394/96, que preveem que somente a União pode estabelecer diretrizes, competindo ao estado elaborar e executar políticas em consonância com as diretrizes e planos nacionais.

Portanto, não cabe aos entes federados elaborar diretrizes curriculares. A função de elaborar diretrizes curriculares coube e, ainda cabe, ao Conselho Nacional de Educação, competência expressa em lei nacional. (PAR. CEE/PR nº 130/10)

Retomando os termos “políticas fragmentadas e isoladas”, pretende-se demonstrar que esses termos são explícitos ao observar-se a política do PROEJA e demais ações que vêm sendo desenvolvidas para os jovens e adultos. É possível perceber que as políticas estão sendo utilizadas algumas vezes não como políticas, mas como estratégias, porque a cada nova gestão se aplicam projetos utilizando-se do termo políticas publicas.

Estratégias são utilizadas de modo a mistificar o objeto real que se propõe. Assim, o discurso político “é perfeito” no sentido de que vem sendo elaborado por pesquisadores/consultores para ludibriar o Estado.

A Educação, enquanto instrumento de disseminação de um saber mais abrangente, entra em contradição com a sociedade capitalista. O saber enquanto intenção pode vir a ser apropriado (tornar próprio) pelas classes subalternas. Ao incorporá-lo à sua prática, o tornam instrumento de crítica de armas, pois na sua prática (no conjunto das relações sociais) reside a contradição da intencionalidade dominante: a oposição entre o saber dominante e o fazer dominado. (CURY, 1986, p. 71).

A contradição da intencionalidade dominante é expressa através das políticas públicas, que, como no caso do PROEJA, podem ser implantadas na superficialidade, o que prejudica sua efetividade.

Conforme mostra o Quadro 3, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná publicou 6 (seis) Diretrizes Curriculares e 3 (três) documentos orientadores, todos relacionados à organização, funcionamento e princípios pedagógicos da educação nos diversos níveis de ensino e suas modalidades, abordando também os componentes curriculares da Área da Diversidade, prevista na legislação, como, por exemplo, na publicação do Caderno Temático Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência para subsidiar as instituições de ensino no atendimento à Lei 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Os documentos relacionados no Quadro 3 foram publicados na perspectiva de se estabelecer uma nova concepção de educação, cada um com sua especificidade. No entanto, enfatizam que até então não se tinha uma política pública para a educação, questão que no governo Requião, pelo menos no discurso, vem destacada.

É constantemente reforçada a ideia de “nova concepção de educação”, mas não se explicita a concepção que se tinha antes dessa nova, proposta nesses documentos.

O Quadro 3 contém a relação de documentos orientadores para a organização do trabalho pedagógico publicados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Cabe destacar que o Conselho Estadual de Educação, em um de seus pareceres, destaca que ao estado cabe orientar e à União,

publicar diretrizes. Por essa razão, a denominação que vem sendo utilizada é diretrizes orientadoras para a rede estadual.

Quadro 3. Diretrizes e documentos orientadores publicados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná entre os anos de 2006 a 2010.

Ano de Publicação	Nome do Documento
2006	Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos
2006	Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos
2006	Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos
2006	Diretrizes Curriculares da Educação do Campo
2008	Diretrizes Curriculares da Educação Básica Disciplinas das Séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio
2010	Diretrizes da Educação a Distância
2010	Cadernos Temáticos Diversidade: - Educação Ambiental - Educação Escolar Indígena - Gênero e Diversidade Sexual - Relações Étnico-Raciais e Afrodescendências
2010	Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA
2010	Ensino Fundamental de Nove Anos Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais do Ens. Fundamental.

Fonte: elaboração da autora com dados do portal Dia a Dia Educação – www.diaadia.pr.gov.br.

As Diretrizes Curriculares da Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná foram publicadas em 2006, conforme indica o Quadro 3, ao mesmo tempo que no Governo Federal se estabeleciam os procedimentos para a implantação do PROEJA.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná foram publicadas pelo estado do Paraná como um documento oficial orientador do currículo. Têm como objetivo nortear o trabalho do professor de modo a garantir a apropriação do conhecimento nas escolas públicas e o cumprimento da legislação vigente.

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná foram elaboradas no mesmo contexto histórico das Diretrizes da Educação Profissional, o que sugere que partiram do princípio da gestão democrática na perspectiva de garantir o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Muitas pesquisas demonstram resultados positivos sobre o trabalho que o professor da escola pública vem desenvolvendo na perspectiva da construção do conhecimento; porém, percebe-se que na apresentação das diretrizes o estado acaba anulando essas ações, informando que só agora, a partir das diretrizes, será garantida a apropriação do conhecimento.

O texto de apresentação das diretrizes registra que a sua construção foi realizada a partir de seminários, simpósios, reuniões técnicas e encontros descentralizados que contaram com a participação de muitos professores da rede estadual, mas não foi possível encontrar o número exato de participantes nem o número de eventos realizados.

A análise das Diretrizes Curriculares Estaduais das modalidades EJA e EP e do Documento Orientador da Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), publicados entre os anos de 2005 e 2010, permite uma reflexão acerca do posicionamento do estado sobre essa forma de oferta de ensino.

2.2 A Educação Profissional enquanto modalidade

A EP já passou por várias concepções políticas e períodos históricos. Mesmo lentamente, as políticas para a educação acompanham as transformações sociais.

Na legislação observam-se as ações definidas para a oferta de ensino segundo concepções de Estado. A legislação concebida como fonte primária para a pesquisa expressa as relações entre educação, sociedade e Estado.

É óbvio que não se pode afirmar uma linearidade cronológica entre situações histórico-sociais que reservam para si peculiaridades próprias. Mas, dada a similitude dos direitos em questão e dada uma certa afinidade na sentencição dos mesmos, é viável registrar um certo paralelismo entre elas. (FÁVERO, 2005, p. 5).

Dessa forma, a legislação educacional expressa características e aspectos históricos que incidem sobre a organização escolar atual da EP. Realmente não há uma linearidade cronológica devido às especificidades de cada período histórico-social.

Essas especificidades são claras se observado com atenção o Quadro 4, que apresenta, de forma sucinta, características peculiares à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dando destaque às questões relativas à EP.

Quadro 4. Educação Profissional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Lei	Governante – Regime	Educação Profissional na LDB
4024/61	João Goulart Parlamentarista	Capítulo III – Do Ensino Técnico, Art. 47 a 51, Cursos: a) Industrial; b) Agrícola; c) Comercial. Capítulo IV – Da Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio, Art. 51 a 61.
5692/71	General Emílio G. Médici Ditadura Militar	Art. 5º. Educação geral mais formação especial. • 1º grau: sondagem de aptidões para o trabalho; • 2º grau: habilitação profissional para o mercado de trabalho. Lei 7044/82 altera a profissionalização do 2º grau.
9394/96	Fernando Henrique Cardoso República Nova	Da Educação Técnica de Nível Médio. Art. 36 A a 36 D. Artigos alterados pelas Leis 11.741/08 e 11.788/08.

Fonte: Portal do Planalto – www.planalto.gov.br

Cada período histórico está estritamente ligado à forma de governo do Estado e às características socioeconômicas vigentes.

A Lei nº 9394/96 estabeleceu novos parâmetros para a Educação e, nesse sentido, as transformações ocorridas através de decretos, portarias, pareceres, entre outros documentos, bem como concepções e princípios pedagógicos pertinentes à oferta dessa modalidade, tiveram presença marcante na organização da oferta da modalidade EP:

- a) O Decreto nº 2.208/97, de 17 de abril de 1997, estabelece o cumprimento da LDB 9394/96.
- b) Programa de Expansão da Educação Profissional.
- c) Portaria MEC nº 646/97, de 14 de maio de 1997, regulamenta a oferta da Educação Profissional na rede federal.
- d) Portaria MEC nº 1055/97, de 10 de setembro de 1997, implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional - PLANFOR.
- e) Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio – PROEM.
- f) Agência para o Desenvolvimento da Educação Profissional – PARANATEC.

2.3 A Educação Profissional no Paraná entre os anos de 2003 e 2010

A partir de 2003 o estado do Paraná assumiu como política educacional a retomada da oferta da EP. O termo “retomada” aparece em várias produções e artigos sobre a oferta da EP no contexto atual, mais especificamente os voltados para questões do PROEM.

Segundo Garcia (2009, p. 12), o Governo Requião (2003-2010) estabeleceu novas propostas educacionais para a EP no estado do Paraná:

O governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, gestão 2003/2006/2010, ao assumir o governo definiu retomar a Educação Profissional na Rede Pública de Ensino. Isto significou negar o modelo que estava implantado na Rede, orientado pelo Decreto N.º 2.208/97, que reduziu a oferta desta modalidade de ensino nos Colégios do Paraná, assim como sua total desvinculação do Ensino Médio.

Para Sapelli (2007), a proposta de currículo mediante o estabelecimento de competências foi substituída pela proposta de educação tecnológica, dando enfoque para a entrada de “novos sujeitos no cenário de articulação e discussão desta modalidade”. A participação de pesquisadores no cenário da organização e funcionamento da educação foi acentuada, fato que teve presença marcante na organização da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Uma das primeiras ações realizadas pela Gestão 2003-2006 foi a criação do Departamento de Educação Profissional, que passou a assumir as responsabilidades da gestão administrativa e pedagógicas na oferta da modalidade EP em Nível Médio.

No documento denominado Diretrizes da Educação Profissional o Governo Requião enfatiza:

A realidade encontrada foi preocupante. Havia uma oferta de cursos diminuta em que sobressaíam, considerando o número de estabelecimentos, os cursos da área agropecuária (13) e os de formação de professores (14), seguidos pelos cursos da área industrial (4), ofertados nos chamados Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP) e ainda os cursos da área de serviços (20), distribuídos em estabelecimentos localizados em regiões diferenciadas do Estado. (DEP/SEED/PR p. 17).

Após o Decreto nº 1396/2007, de 5 de setembro de 2007, do Governo do Estado do Paraná, que aprova o regulamento da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o Departamento de Educação Profissional passou a ser chamado de Departamento de Educação e Trabalho.

Os cursos de agropecuária e de formação de docentes permaneceram devido à postura de toda a comunidade escolar, que optou por não aderir ao PROEM.

Essa decisão levou essas instituições de ensino a não receber recursos financeiros para manutenção e melhorias do seu espaço físico e recursos materiais. Essas instituições optaram por não cessar a oferta da EP porque tinham como cultura local a oferta desses cursos.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, por meio do Departamento de Educação Profissional, deu início a estudos diagnósticos que priorizaram as necessidades socioeconômicas das diferentes regiões do estado do Paraná para definir a abertura de cursos de EP, organizando assim a expansão da modalidade.

A revogação do Decreto 2.208/97 e a promulgação do Decreto 5.154 permitiram um estudo das necessidades do trabalhador, na definição de como reestruturar o currículo de modo que a formação do aluno trabalhador se adequasse às necessidades contemporâneas, tendo em conta os saberes técnicos e tecnológicos necessários para sua formação.

Essa nova legislação possibilitou a concepção das diferentes dimensões do trabalho tendo como princípio a articulação curricular integrada entre o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia.

Para que essa retomada se efetivasse, foram estabelecidos os fatores necessários para a oferta dessa modalidade: a definição de cursos a serem previstos na expansão, a instituição de um quadro próprio de professores para a Educação Profissional, a formação dos recursos humanos da instituição, a melhoria do espaço físico e recursos pedagógicos, a manutenção da oferta de educação profissional gratuita e de qualidade.

Em 2003 e 2004 foram realizados encontros (PARANÁ, 2006) com as demais redes que ofertavam Educação Profissional com o intuito de discutir a legislação, os aspectos legais, administrativos e pedagógicos da formação profissional do trabalhador.

O referencial teórico utilizado pelo departamento para as discussões da retomada e implantação da Educação Profissional incluía pesquisadores como Ciavatta (2005), Frigotto (2005), Kuenzer (1997), Lima Filho (2011), Machado (1989), Ramos (2005), entre outros da área de Educação e Trabalho.

Duas medidas legais afirmadas pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná marcaram a retomada da Educação Profissional:

a. Parecer 1.028/23, que aprova o Plano de Expansão dos Cursos da Educação Profissional para os anos de 2004. b. Parecer 1.095/03, que aprova os Fundamentos Políticos Pedagógicos da Educação Profissional.

Com a revogação do Decreto 2.208/97 e a promulgação do Decreto 5.154/04 se instituiu a oferta do Ensino Médio Integrado. O Ministério da Educação disponibilizou minutas para o conhecimento prévio sobre o exposto no referido decreto para as Secretarias de Estado da Educação, agilizando assim estudos e possibilidades sobre essa forma de ensino.

A Secretaria de Educação implantou a oferta do PROEJA em 2006, mas só em 2010 o Documento Orientador da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos foi publicado, por meio do Departamento de Educação Profissional, responsável nesse período pela Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

Segundo consta no texto de apresentação do Documento Orientador da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, o objetivo dessa publicação é apresentar essa política de formação profissional, implementada na rede estadual de ensino do estado do Paraná, e orientar a materialização do trabalho pedagógico a ser realizado nas escolas.

É evidente que o estado do Paraná elaborou esse documento orientador com base no Documento-Base do MEC e em especificidades regionais.

Nesse documento são apresentados os Planos de Curso dos 15 (quinze) cursos ofertados no estado entre 2006 e 2010, na forma PROEJA:

1. Curso Técnico em Administração;
2. Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde;
3. Curso Técnico em Contabilidade;
4. Curso Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa;

5. Curso Técnico em Edificações;
6. Curso Técnico em Eletromecânica;
7. Curso Técnico em Enfermagem;
8. Curso Técnico em Farmácia;
9. Curso Técnico em Imagem Pessoal;
10. Curso Técnico em Logística;
11. Curso Técnico em Meio Ambiente;
12. Curso Técnico em Nutrição e Dietética;
13. Curso Técnico em Química;
14. Curso Técnico em Secretariado;
15. Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Esses cursos foram ofertados em diversas regiões do Paraná, alguns em locais específicos, outros, como o Curso Técnico em Administração, em diversos municípios, devido à diversidade de espaço de trabalho.

O Documento Orientador do PROEJA do estado do Paraná, originado das concepções expressas no Documento-Base do PROEJA, também expressa a concepção de Educação que vem sendo proposta através de documentos oficiais e legislação, como diretrizes e pareceres emitidos para regulamentar a oferta da EP e da EJA entre os anos de 2006 e 2010.

Mesmo diante de todo o discurso de EP e Educação e Trabalho que se propõe “pelo Estado”, os objetivos não apresentaram mudanças significativas, pois as políticas públicas são permeadas pela tendência internacional, que privilegia outras questões de organização social e econômica. Segundo Sapelli (2007), “há contradição entre a discussão e o discurso do grupo que representa essa nova perspectiva para a modalidade”, pois a prática e os discursos dos sujeitos envolvidos no cotidiano das escolas ainda estão em consonância com a proposta do Governo Federal, que expressa anseios sobre o setor privado.

2.4 A concepção e os Princípios Pedagógicos da Educação Profissional

Na gestão governamental 2003/2006, a Diretriz da Educação Profissional expressa que essa modalidade “foi assumida” como uma política

pública para a educação que apresenta o trabalho como princípio educativo, que considera o homem na sua totalidade histórica e faz a articulação entre trabalho manual e intelectual, com todas as contradições do processo de formação humana para o mundo do trabalho, a partir do processo produtivo contemporâneo (SEED, 2006, p. 19).

Essa modalidade de ensino foi uma das fragilizadas com as pressões das políticas neoliberais estabelecidas na década de 1990 e início dos anos 2000, cujo principal resultado foi o desmonte da rede pública, na qual a EP se expandiu como refém das especificidades e práticas do mercado de trabalho.

[...] a política estabelecida para a Rede Estadual iniciou não somente a retomada da oferta pública e gratuita da formação para o trabalho mas, também, passou a assumir a concepção de ensino e currículo em que o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia constituem fundamentos sobre os quais os conhecimentos escolares devem ser trabalhados e assegurados, na perspectiva da escola unitária e de uma educação politécnica. (DEP, 2006, p. 15).

A concepção de EP proposta para o estado do Paraná objetiva romper com a dimensão direcionada para o mercado do trabalho, empregabilidade e laboralidade.

Assume-se, então, no discurso do estado, um compromisso com a formação humana dos alunos, com a apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais.

Nessa perspectiva é imprescindível a articulação com a Educação Básica de modo a integrar as diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia e promover o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Considera, segundo a LDB 9394/96, as dimensões pedagógicas como um conjunto de processos que se desenvolvem em todos os aspectos da vida social e produtiva.

Segundo as Diretrizes da Educação Profissional do Estado do Paraná (2006), conceber o trabalho como princípio educativo sugere uma concepção mais ampla de educação, na qual o objeto é a formação humana na sua dimensão social, política e produtiva. Tomada como categoria, essa concepção deve orientar o desenvolvimento da política de oferta da EP.

As mudanças no trabalho no desenvolvimento das forças produtivas apresentam novas demandas para a educação dos trabalhadores, a qual no modo capitalista responde às necessidades de valorização do capital.

Nesse campo contraditório, a diretriz apresenta uma classificação das formas de abordar a relação entre ciência, tecnologia e sociedade a partir de Dagnino (2002), sendo estas divididas em duas abordagens: a primeira toma como foco a ciência e a tecnologia considerando os seus avanços, e a segunda toma como foco a sociedade considerando as suas relações com a ciência e a tecnologia.

Na sequência dessas abordagens, o documento segue apontando contextualizações entre relações sociais dominantes, conceitos de ciência e tecnologia, domínio da ciência, cientificismo e positivismo, a política e a gestão da EP, determinismo tecnológico, forças produtivas, acumulação de capital, as mudanças e formas de organização da sociedade, a ciência como produção humana parcial e historicamente determinada, superestrutura e infraestrutura, contradições entre capital, trabalho e forças políticas.

Os princípios da EP definidos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2006) fazem referência às dimensões históricas, teóricas e legais da Gestão Democrática, apresentando a EP como:

- a) processo de formação humana integral através das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas;
- b) formação permanente de trabalhadores;
- c) processo de formação que desperte desejo de conhecer;
- d) articulação entre os conhecimentos da prática social e conhecimentos científicos articulados com ciência, tecnologia, cultura e sociedade;
- e) articulação entre conhecimento básico e específico a partir dos processos de trabalho e da prática social;
- f) articulação entre conhecimentos que oportunizem a participação nas relações sociais do trabalho (da economia, da política, da história, da filosofia, da ética, entre outras);
- g) conhecimento das formas de gestão e organização do trabalho; e
- h) articulação entre os atores dessa prática de formação do trabalhador para o mundo do trabalho (professores, especialistas, empresários,

trabalhadores, representantes do poder público, entre outros) tendo em vista a efetivação desses princípios.

[...] acredita-se que esta proposta possa permitir ao aluno apreender os fundamentos técnicos e tecnológicos, políticos, sociais e culturais presentes no mundo da produção, desde que os educadores se comprometam a articular e integrar os conhecimentos histórico-sociais, como condição para uma sólida formação científico-tecnológica caracterizada como indutora de uma educação emancipatória que busca garantir o acesso e o direito de todo cidadão brasileiro e paranaense ao trabalho. (DEP, 2006, p. 41).

As dimensões teóricas e metodológicas da EP são norteadas por abordagens que valorizam a prática pedagógica e enfatizam o homem enquanto ser histórico-social, tornando a construção do conhecimento significativa.

Tais questões aproximam-se das abordagens pedagógicas da EJA estabelecidas nas Diretrizes Estaduais e estão atreladas ao contexto de implantação proposto no discurso do PROEJA.

2.5 A Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná

Entre os anos de 2003 e 2010, a EJA no estado do Paraná propõe a mesma concepção de educação, ou seja, apresenta em seu discurso a mesma contradição entre o que se propõe no documento e o contexto real.

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná foram construídas no mesmo contexto histórico das Diretrizes da Educação Profissional, o que significa que partiram do princípio da gestão democrática.

O documento que expressa as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná foi publicado em 2006 e nele estão descritos todos os encaminhamentos pedagógicos que devem nortear a prática pedagógica a ser desenvolvida pelos estabelecimentos de ensino que ofertam essa modalidade tendo em vista a educação permanente de jovens, adultos e idosos.

Essa diretriz é um documento referencial para a organização pedagógica da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, tanto para os cursos como para os exames, e a forma de legitimá-la é a efetivação concreta da prática pedagógica. Esse documento apresenta inicialmente um breve histórico e diagnóstico da EJA; na sequência discute sua função social, o perfil de seus educandos, os eixos articuladores do currículo, as orientações metodológicas e a concepção de avaliação.

O estado do Paraná oferta a EJA por meio dos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, Colégios Estaduais e Ações Pedagógicas Descentralizadas.

2.6 Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos

Desde a colonização portuguesa, a educação de jovens e adultos era feita de forma fragmentada e estava restrita aos processos de alfabetização.

Hoje, no entanto, a educação de jovens adultos tem reconhecimento como modalidade de ensino, sendo necessária a inclusão dos idosos na categoria de adultos, uma vez que a educação também é um direito garantido no Estatuto do Idoso, artigo 21.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1.º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2.º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Consta nas Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (2006), mais precisamente no “Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos”, o fato de que a educação de adultos surgiu na emergência de escolarização em meados dos séculos XIX e XX, resultado do significativo avanço do desenvolvimento urbano-industrial e da influência da cultura europeia.

No primeiro período republicano o objetivo era aumentar o número de eleitores e atender os interesses da elite, de modo que a escolarização passou a ser uma forma de ascensão social.

Outros fatos históricos da EJA foram a oferta do ensino noturno para jovens e adultos a partir da Reforma de João Alves, em 1925, e o movimento organizado por organismos sociais e civis contra o analfabetismo, em 1930, ambos também com o objetivo de aumentar o número de eleitores.

A partir desse período, a educação escolar passou a ser considerada base do desenvolvimento da nação.

O analfabetismo foi compreendido como um 'mal e uma doença nacional' e o analfabeto como 'inculto, preguiçoso, ignorante e incapaz'. O domínio da leitura e da escrita foi valorizado para a execução das emergentes técnicas de produção industrial, frente ao acelerado processo de urbanização do país. (DCEJA, 2006, p. 17).

A Constituição Federal de 1934 instituiu a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário a todos.

2.7 Abordagens da Função Social da Educação de Jovens e Adultos

As Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos definem como finalidades e objetivos dessa modalidade de ensino:

- a) O atendimento a educandos trabalhadores;
- b) o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que os educandos aprimorem sua consciência crítica, adotem atitudes éticas e tenham compromisso político; e
- c) o desenvolvimento da autonomia intelectual dos educandos-trabalhadores.

Historicamente, a educação formal e não-formal dos diferentes grupos sociais de trabalhadores tem buscado habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho, tratando a função social da educação de forma controlada para responder às necessidades de produção. A fim de superar esta relação direta da educação com a demanda de trabalho, torna-se fundamental compreender o sentido desse processo na vida dos educandos que não tiveram acesso ou continuidade da escolarização na denominada idade própria. (DCEJA, 2006, p. 27).

Nessa perspectiva, o papel fundamental da construção curricular da EJA é a formação de sujeitos ativos, críticos, criativos e democráticos, capazes, segundo Kuenzer (2000), de aprender permanentemente; refletir de modo crítico; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir do uso metodologicamente adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos.

Uma característica dessa modalidade é a diversidade do perfil do aluno, pois, por ser voltada para a inclusão de pessoas que não tiveram acesso aos estudos ou a possibilidade de continuá-los, encontram-se diferenças com relação à idade, ao nível de escolarização, às condições econômicas, às ocupações e aos motivos de ingresso ou reingresso nos estudos.

Delineada pelos processos históricos e necessidades sociais, a demanda da EJA vem apresentando ainda mais diversidade no perfil de seus educandos (PARANÁ, 2006).

Mediante a legislação e processos históricos, observam-se os seguintes perfis de educandos da EJA:

- a) Os adolescentes: segundo o artigo 37 da LDB 9394/96, os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Dado o exposto pela LDB, o Conselho Estadual do Paraná, através da Deliberação 05/2010, estabelece Normas para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio no Sistema de Ensino do Paraná. Nesse documento, mais precisamente em seu artigo 6º, consideram-se as idades de 15 (quinze) anos completos para a matrícula no Ensino Fundamental e 18 (dezoito) anos completos para a matrícula no Ensino Médio. A EJA então passa a contar com outro perfil de educandos, os adolescentes, vindos na maioria de processo educacional fragmentado pela evasão e reprovação;

- b) O jovem e o adulto: são pessoas que não tiveram acesso aos estudos ou a possibilidade de continuá-los devido à evasão, repetência, inserção no mundo do trabalho, condições econômicas, entre outros fatores determinantes que resultaram na fragmentação do seu processo de aprendizagem;
- c) O idoso: outro perfil de aluno da EJA é formado pelas pessoas idosas, que necessitam de uma atenção especial, que desejam acesso e ampliação de conhecimentos, bem como a oportunidade de socialização no contexto histórico-social que possibilita convivência e realização pessoal, além dos conhecimentos científicos.

A EJA também contempla o atendimento ao aluno do campo com suas particularidades acentuadas em relação ao espaço, tempo e condições de acesso. Esses educandos são os acampados, pescadores, agricultores, indígenas, quilombolas, ciganos, entre outros, e os alunos com necessidades, que demandam uma metodologia específica e condições conforme sua necessidade.

Uma concepção que deve ser relacionada na definição do perfil desse aluno da educação de jovens, adultos e idosos é considerá-lo um sujeito sócio-histórico cultural, por ele já possuir conhecimentos e experiências acumulados.

Cada sujeito possui seu tempo e espaço, nos quais se apropria de saberes locais e universais. É nesse contexto que a prática pedagógica da educação de jovens, adultos e idosos apresenta sua oferta, atendendo as diversas formas de socialização de conhecimento e cultura.

A educação de jovens, adultos e idosos, pensando no acesso e permanência dos seus alunos, precisa adequar-se ao tempo desses sujeitos, pois cada educando possui sua especificidade.

A tarefa fundamental que garante aos jovens, adultos e idosos o acesso aos saberes e às diferentes linguagens é a alfabetização. Essa prática pedagógica deve estar articulada às necessidades, expectativas, trajetórias de vida de modo significativo, servindo como incentivo para que esses sujeitos deem continuidade aos estudos.

produção e de cultura. Portanto, passa a se reconhecer como sujeito do processo e a confirmar saberes adquiridos para além da educação escolar, na própria vida. Trata-se de uma consistente comprovação de que esta modalidade de ensino pode permitir a construção e a apropriação de conhecimentos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania, de modo que o educando ressignifique suas experiências socioculturais. (DCEJA, 2006, p. 28).

A concepção de trabalho remete à concepção de Gramsci (1968) de que o trabalho é o processo social pelo qual o homem se modifica, altera o que é necessário e desenvolve novas ideias, ou seja, o homem se torna humano pelo trabalho.

Assim, o educando, por meio do pensamento crítico, inicia um processo de construção do conhecimento com o objetivo de romper com o conceito de divisão e técnica do trabalho para compreender o mundo do trabalho e as relações sociais.

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, nessa abordagem da função social dessa modalidade, indica que os professores da EJA na sua prática docente estabeleçam a relação entre ciência, trabalho e cultura por meio de uma base sólida de formação científica e histórica, oportunizando sua formação integral.

Nessa concepção de função social a escola deve superar o cumprimento de conteúdos e primar pela relação qualitativa com o conhecimento, pois ela tem a função de ser a mediadora entre o educando e os saberes, de forma que ele assimile conhecimentos como recursos de transformação de sua realidade. Por meio de atividades reflexivas, o educando desenvolve a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo.

Quanto aos conteúdos específicos de cada disciplina, deverão estar articulados à realidade, considerando sua dimensão sócio-histórica, articulada ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnologias, dentre outros. Com relação às perspectivas dos educandos e seus projetos de vida, a EJA poderá colaborar para que eles ampliem seus conhecimentos de forma crítica, viabilizando a reflexão pela busca dos direitos de melhoria de sua qualidade de vida. Além disso, contribuirá para que compreendam as dicotomias e complexidades do mundo do trabalho contemporâneo, no contexto mais amplo possível. (DCEJA, 2006, p. 29).

A função social descrita nas Diretrizes da EJA está relacionada a outro objetivo dessa modalidade de ensino, que é a busca pela construção da

autonomia intelectual do educando, possível de ser desenvolvida no transcorrer do processo educativo. O professor incentiva a busca constante pelo conhecimento produzido pela humanidade em diversas fontes, de modo que essa forma diferenciada e individual de estudo incida na construção da autonomia intelectual do educando, na emancipação humana.

2.8 Os eixos articuladores do Currículo na EJA: Cultura, Trabalho e Tempo

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos apresentam os eixos articuladores da ação pedagógica curricular, a saber, a cultura, o trabalho e o tempo.

Nesse contexto as Diretrizes conceituam cultura com base em Willians (1992), segundo o qual a cultura é definida através da compreensão da forma de produção da vida material e imaterial que compõe um sistema de significações presente em todas as formas de atividade social. Por ser produto da atividade humana, não se pode ignorar sua dimensão histórica.

Na formação humana a cultura é o elemento de mediação entre o indivíduo e a sociedade. O trabalho, por sua vez, é compreendido como a forma de produção da vida material, logo, a sua dimensão histórica está inculcada na formação do educando.

O trabalho como princípio educativo propõe a formação integral do ser humano para o mundo do trabalho, no qual ele necessitará de todos os conhecimentos das ciências.

Segundo as diretrizes, uma das razões pelas quais os educandos da EJA retornam para a escola é o desejo de elevação do nível de escolaridade para atender as exigências do mundo do trabalho.

O terceiro eixo articulador da ação pedagógica curricular é o tempo pedagógico, que pode ser concebido em várias dimensões, pois é um fator na organização tanto do currículo e do tempo de construção dos conhecimentos quanto dos espaços, dos tempos de experiência e dos conhecimentos adquiridos historicamente.

Do ponto de vista da dimensão social, pode-se dizer que os educandos viveram e vivem tempos individuais e coletivos, os quais compreendem os momentos da infância, da juventude, da vida adulta, no contexto das múltiplas relações sociais. Na dimensão escolar, o tempo dos educandos da EJA é definido pelo período de escolarização e por um tempo singular de aprendizagem, bem diversificado, tendo em vista a especificidade dessa modalidade de ensino, que considera a disponibilidade de cada um para a dedicação aos estudos. O tempo e o espaço são aspectos da cultura escolar. Portanto, fazem parte da ação pedagógica, regulam e disciplinam educandos e educadores de diversas formas, conforme a escola ou mesmo conforme cada sistema educacional. (PARANÁ, 2006, p. 33).

As Diretrizes da EJA definem o tempo em três dimensões que incidem sobre a prática pedagógica, que tem em vista a construção do conhecimento:

- a) Tempo físico: o tempo físico está relacionado aos fatores que controlam a ação pedagógica, como o calendário escolar, carga horária de aulas, dias, bimestres;
- b) Tempo vivido: o tempo vivido pelo professor e pelos educandos. Quanto ao professor, trata-se do tempo e das experiências em ações e práticas pedagógicas; no que concerne ao aluno, trata-se dos conhecimentos e experiências adquiridos historicamente no decorrer de sua vida;
- c) Tempo pedagógico: essa dimensão de tempo compreende o tempo que a instituição escolar destina para a socialização do conhecimento para os educandos da EJA.

Um equilíbrio entre as dimensões de tempo na EJA é relevante para a efetivação de um currículo integrador, com organização abrangente, no qual os conteúdos culturais relevantes estejam articulados à realidade em que o educando se encontra, em favor de um processo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes áreas do conhecimento.

A organização do currículo da EJA se desdobra na questão dos critérios para a seleção da cultura como forma de socialização do conhecimento, que se dá por meio da escolarização.

O primeiro critério de seleção de conteúdos dá importância aos saberes escolares científicos, frente à experiência construída historicamente pelo aluno. O segundo critério estabelece os processos de ensino[-]aprendizagem a serem desenvolvidos pela ação docente e educandos. O terceiro critério remete-se [à] organização do processo de ensino[-]aprendizagem com ações

integradas entre as disciplinas escolares e o quarto critério refere-se às possibilidades de articular singularidade e totalidade no processo de conhecimento vivenciado pelos educandos. (PARANÁ, 2006).

2.9 A Educação Profissional, a EJA e o PROEJA

Apresentar as abordagens desses documentos publicados pelo estado do Paraná faz refletir sobre a proposta de educação que se pretende implantar através do PROEJA, tendo em conta as perspectivas que já são postas para a EP e a EJA e as contradições presentes no Documento-Base do PROEJA.

O Quadro 5 é um demonstrativo de questões pedagógicas que abordam essas três formas de oferta de ensino.

Quadro 5. Abordagens pedagógicas da EP, da EJA e do PROEJA.

Educação Profissional	EJA	PROEJA
Concebe-se o trabalho como princípio educativo e sugere-se uma concepção mais ampla de educação, na qual o objeto é a formação humana na sua dimensão social, política e produtiva. Articulação entre os conhecimentos da prática social e os conhecimentos científicos, que devem englobar a ciência, a tecnologia, a cultura e a sociedade.	A cultura, o trabalho e o tempo são os eixos articuladores do currículo. O trabalho é compreendido como a forma de produção da vida material, logo, a sua dimensão histórica do está incutida na formação do educando. O trabalho é tomado como princípio educativo e se propõe a formação integral do ser humano para o mundo do trabalho, no qual ele necessitará de todos os conhecimentos das ciências.	1. A inclusão da população nas ofertas educacionais; 2. A inserção orgânica da EJA integrada à EP; 3. A ampliação do direito à educação básica, pela universalização do Ensino Médio; 4. O trabalho como princípio educativo; 5. A pesquisa como fundamento da formação do sujeito; 6. As condições geracionais, de gênero, de relação étnico-racial como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

Mesmo que os princípios pedagógicos e concepções se aproximem, ainda há muita contradição no contexto escolar da oferta da EP e da EJA.

Percebe-se que o trabalho como princípio educativo está presente na concepção dessas três formas de oferta de ensino, o que nos remete a observar outras questões, como os eixos articuladores e princípios da proposta pedagógica.

O próximo capítulo irá ilustrar como vem sendo desenvolvida a implantação dos cursos técnicos ofertados no litoral paranaense na forma proposta pelo PROEJA.

CAPÍTULO 3

CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA DE OFERTA DO PROEJA

A retomada da oferta da EP tem como marco o Decreto Federal 5.154/2004, do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse decreto estabelece a organização e o funcionamento da EP a partir da concepção de integração do Ensino Médio e Profissional.

Segundo Cury (1986), a educação faz parte do contexto social contraditório em sua totalidade, sendo na organização social uma atividade que lida com as questões históricas do homem.

A educação se opera, na sua dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórica social, a educação é, então, uma atividade humana partícipe da totalidade da organização social. (CURY, 1986, p. 13).

O PROEJA, na sua condição de programa de educação profissional para jovens e adultos, oferta cursos técnicos com organização curricular integrada para o concluinte do Ensino Fundamental, para aquele que cursa concomitantemente o Ensino Médio e para o concluinte do Ensino Médio.

Em relação à implantação do PROEJA, destaca-se a oferta da EPI na rede estadual de ensino do Paraná retomada no governo Roberto Requião (2003-2006).

As políticas educacionais do governo Lerner (1995-2002) foram equivocadas e a educação profissional foi a mais atingida por essas políticas (que negavam aos jovens o acesso à formação para o trabalho). No governo Requião (2003-2006) o Estado volta a ofertar educação profissional no ensino médio. (MARCELINO, 2011, p. 138).

Os dizeres “retomada da Educação Profissional” foram utilizados pelo Estado para destacar a ação de ofertar novamente no Paraná cursos técnicos através da rede estadual de ensino. Nesse sentido, a cessação da oferta entre os anos de 1995 e 2002 tem uma intenção política histórica, assim como a “retomada”.

Consta nos documentos da Secretaria de Estado da Educação a informação de quais cursos foram ofertados nessa época.

Estado do Paraná iniciou cursos de Educação Profissional técnica de nível médio, com organização curricular integrada ao Ensino Médio, em 15 colégios que ofertam cursos do setor primário (área agropecuária/florestal); em cinco que ofertam cursos do setor secundário (área eletromecânica/química); em seis que ofertam cursos do setor terciário (área de comunicação e artes/informática/administração da confecção/meio ambiente) e nos 45 que ofertavam cursos na modalidade normal em nível médio para formar docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (antes eram apenas 14). (PARANA, 2006, p. 19).

O PROEJA vem fazer parte desse quadro em 2006, entre propostas de oferta da educação profissional para jovens e adultos desenvolvidas no estado do Paraná, como os Cursos Técnicos Subsequentes, Formação de Docentes com Aproveitamento, ProFuncionário, ProInfantil.

O programa denominado PROEJA é proposto para os trabalhadores jovens, adultos e idosos que estão à margem do processo de escolarização, apresentando trajetória de descontinuidade escolar e longos períodos de afastamento dos estudos e formando turmas heterogêneas com relação à faixa etária, às condições econômicas, culturais e sociais. Assim sendo, esse público requer uma metodologia diferenciada e uma organização pedagógica que atenda o seu “tempo”, pois na prática esse tempo não está sendo adequado a essa especificidade.

O item a seguir apresenta informações sobre o desenvolvimento da política do PROEJA em uma escola da rede estadual de ensino do Paraná no litoral paranaense.

3.1 O litoral parananense enquanto espaço de pesquisa

O litoral do Paraná é composto por sete municípios: Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.

O município de Paranaguá é uma região de importância significativa para a economia do estado devido às importações e exportações realizadas através do seu porto. Esse município foi desmembrado do estado de São Paulo em 1648 e, conforme o IBGE (2010), hoje possui 140.469 habitantes.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no Caderno do Município de Paranaguá de agosto de 2010,

apresenta os seguintes dados (Quadro 6) sobre a oferta de ensino para jovens e adultos:

Quadro 6. Matrículas no Ensino Regular segundo a dependência administrativa – 2009.

Dependência Administrativa	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos
Federal	203	64	40
Estadual	6562	625	3214
TOTAL	6765	689	3254

Fonte: IPARDES, ago. 2010.

As características socioeconômicas incidem sobre a organização social local, que se desenvolve principalmente por meio de recursos naturais e do turismo.

O PROEJA é ofertado no litoral paranaense em três instituições, sendo uma federal e duas estaduais.

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma instituição da rede estadual do município de Paranaguá com o objetivo de analisar como vem sendo desenvolvida a política pública de oferta da Educação Profissional para Jovens e Adultos através do contexto do PROEJA no litoral paranaense.

A partir desses dados, pode-se observar a procura de adolescentes, jovens, adultos e idosos pela continuidade dos estudos, tendo em vista melhores condições de vida.

Observando-se a taxa de analfabetismo do município (Quadro 7), percebe-se a necessidade de políticas efetivas para a educação de jovens, adultos e idosos visando o desenvolvimento humano.

Quadro 7 Taxa de analfabetismo segundo a faixa etária.

Faixa Etária (Anos)	Taxa (%)
De 15 ou mais	5,9
De 15 a 19	1,5
De 20 a 24	1,7
De 25 a 29	2,2
De 30 a 39	3,4
De 40 a 49	5,0

De 50 e mais	17,0
--------------	------

Fonte: IPARDES, ago. 2010.

O PROEJA foi implantado como meio de diminuir o número de sujeitos excluídos da educação básica.

Para o levantamento de informações sobre o desenvolvimento da política do PROEJA nesse município foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa e qualitativa utilizando-se três questionários impressos e eletrônicos na forma de entrevistas semiestruturadas e observação do espaço escolar.

Cada questionário foi aplicado a um sujeito ou grupo envolvido diretamente com a oferta dos cursos:

- Questionário 1 (Apêndice A): diretora da instituição;
- Questionário 2 (Apêndice B): coordenador de curso;
- Questionário 3 (Apêndice C): alunos.

O diagnóstico inicial possibilitou a seleção dos alunos para participar da pesquisa e a aproximação da pesquisadora com o contexto escolar. Esse momento foi singular porque a aproximação da pesquisadora com as turmas do PROEJA garantiu que os alunos participassem da pesquisa com tranquilidade.

O número de alunos que participaram da pesquisa foi definido a partir do número de alunos frequentadores do 6º semestre dos cursos de Administração e Logística, que estavam em fase de conclusão de curso⁴.

Os questionários foram aplicados pela pesquisadora aos alunos dos cursos de Administração e Logística ofertados pelo PROEJA, com o objetivo de compreender como vem sendo desenvolvida essa política a partir das considerações do seu público-alvo.

Foi utilizado questionário eletrônico em vista do interesse dos alunos em desenvolver atividades através do uso de computadores.

As questões foram elaboradas tendo como característica comum a opção Outro, que deixava espaço para que o aluno pudesse se expressar utilizando frases de sua própria criação.

⁴ O Curso é ofertado em seis semestres, conforme demonstra a Matriz Curricular presente nos anexos A e B.

Os alunos, objeto da implantação desse programa, são ao mesmo tempo unidade e totalidade da organização social.

Também foi aplicado um questionário à diretora da instituição e a um coordenador de curso, pois se compreende que estes são os responsáveis pela gestão da política pública para a educação.

3.2 A instituição que oferta o PROEJA

A instituição objeto desta pesquisa pertence à Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná e sua entidade mantenedora é o Governo do Estado do Paraná.

O projeto político-pedagógico da instituição apresenta os fatos históricos das suas ofertas de ensino:

- 1929: ano de criação da instituição. Seu funcionamento era anexo à escola normal do município e permaneceu assim até o ano 1959;
- 1936: ficou sem valor por não ter sido reconhecida pelo Governo Federal;
- 1937: recebeu sua primeira denominação de Ginásio e foi regularizada perante os governos estadual e federal;
- 1942: seu funcionamento foi transferido para uma sede própria, doada pela Marinha do Brasil e mantida até os dias de hoje;
- 1944: a partir de um decreto federal, foi denominada Colégio;
- 1959: foi desmembrada, mas continuou a utilizar o mesmo espaço físico;
- 1976: passou a ofertar o ensino de 1º e 2º grau;
- 1981: foram então reconhecidos os cursos Básico e Saúde, Básico em Crédito e Finanças e Básico em Eletricidade;
- 1993: foi autorizado o funcionamento do curso de 2º grau Educação Geral;
- 1999: por meio de uma Resolução Secretarial de adequação à legislação vigente, a instituição passou a ter a nomenclatura de oferta dos ensinos Fundamental e Médio;
- 2006: a instituição foi credenciada para ofertar cursos técnicos de nível médio.

A referida instituição oferta as séries finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio regular e a modalidade Educação Profissional com organização curricular integrada, subsequente e PROEJA, nos cursos de Administração e Logística.

Está localizada na zona central do município, em um bairro residencial e comercial que dispõe de instituições voltadas para atividades recreativas, educativas, culturais e de lazer, como o SESC, o Clube Literário, o Aeroparque e o Estádio do Rio Branco Esporte Clube. Possui acesso por linhas de ônibus que interligam todos os bairros da cidade por situar-se numa das vias principais do município de Paranaguá.

Seu espaço físico foi observado durante a pesquisa e está assim descrito no projeto político-pedagógico:

- 35 (trinta e cinco) salas de aula para o atendimento do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Sala de Apoio à Aprendizagem, Sala de Recursos, CELEM e CAEDV;
- 04 (quatro) quadras poliesportivas;
- 01 (um) Laboratório de Física e Química;
- 01 (um) Laboratório de Biologia;
- 01 (um) Laboratório de Informática Paraná Digital com 20 (vinte) computadores;
- 01 (um) Laboratório de Informática ProInfo com 10 (dez) computadores;
- 01 (um) Auditório para 200 (duzentas) pessoas;
- 01 (uma) sala de vídeo;
- 01 (uma) biblioteca com acervo atualizado e específico para os cursos de Administração e Logística, recentemente adquirido com verbas do Brasil Profissionalizado;
- 01 (uma) cozinha acompanhada de 01 (um) refeitório;
- Espaços cobertos para convivência;
- *Hall* de entrada;
- 05 (cinco) salas, sendo, 01 (uma) para a equipe pedagógica, 01 (uma) para os professores, 01 (uma) da equipe de direção, 01 (uma) para a coordenação de curso e 01 (uma) a secretaria escolar;
- Diversos banheiros.

Os equipamentos pedagógicos são: televisores *pen drive* fixos em cada sala de aula, aparelhos de DVD, retroprojetores, aparelho *data show*, mimeógrafos, impressoras, *notebook*, entre outros.

A gestão escolar conta com a participação das Instâncias Colegiadas, constituídas pelo Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e pelo Grêmio Escolar para Administração. O Grêmio Estudantil dessa instituição tem um diferencial: foi incluída uma diretoria, denominada Educação e Trabalho e representada por um aluno do Curso Técnico, para tratar das especificidades dos alunos em formação para o trabalho.

A instituição dispõe de atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais. Na Sala de Recursos são atendidos alunos com distúrbios de aprendizagem e na Sala de Apoio à Aprendizagem, os alunos com dificuldades nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Os Recursos Humanos da instituição contam com 42 servidores, entre serviços de apoio e gestão escolar, e a docência conta com 89 profissionais com formação específica na área de atuação e efetivos da rede estadual.

O perfil dos alunos é bastante diversificado; em sua grande maioria o educando é filho de classes trabalhadoras públicas, privadas e autônomas, oriundas de todos os bairros da cidade, dos demais municípios do litoral e da zona rural, não necessariamente moradores da comunidade onde estão inseridos.

Consta no projeto político-pedagógico da Instituição que, de acordo com os dados estatísticos coletados no final do ano de 2006, houve um preocupante percentual de evasão de 35%, supostamente atribuído à diversidade dos alunos.

Alunos que se deslocam de outras comunidades de difícil acesso, dependentes de transporte gratuito, muitas vezes em condições precárias, até mesmo pela longa distância, sentem-se desestimulados. A necessidade de contribuir para a renda familiar também faz com que o aluno sinta-se obrigado a escolher entre a escola e o trabalho. Ao aluno trabalhador é oferecido o estudo noturno, mas na maioria das vezes o horário de trabalho não é flexível, impossibilitando-o de continuar seus estudos.

Nos anos de 2006 e 2007, devido ao alto índice de evasão e reprovação, a instituição entrou no programa do estado do Paraná denominado Superação, como meio de resgatar a aprendizagem escolar e a autoestima desses alunos e motivar os docentes a fim de reverter esse grave quadro.

Quadro 8. Oferta de ensino na instituição objeto da pesquisa – ano 2011.

Oferta de Ensino	Nº de Turmas	Nº de Alunos
CAEDV	03	27
Sala de Recursos	03	30
CELEM – Espanhol	14	325
Ensino Fundamental	17	546
Ensino Médio	24	800
Ensino Médio Integrado – Técnico em Administração	04	113
PROEJA – Técnico em Administração	02	13
Subsequente – Técnico em Administração	09	305
Ensino Médio Integrado – Técnico em Logística	03	53
PROEJA – Técnico em Logística	02	20
Subsequente – Técnico em Logística	08	283
TOTAL	89	2515

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de dados do portal Dia a Dia Educação – www.diaadia.pr.gov.br

Em 2010 essa instituição foi considerada a maior, em estrutura física e funcional, do litoral do Paraná, com 2.515 alunos matriculados divididos em 89 turmas. Seu horário de funcionamento é das 7:30 às 12:00 horas, das 13:30 às 18:00 horas e das 19:00 às 23:00 horas.

Observando a organização geral da escola, do espaço físico e dos recursos humanos e pedagógicos, considera-se que essa instituição tem condições favoráveis para o desenvolvimento das modalidades EP e EJA, assim como das demais formas de ensino.

Ao analisarem-se as condições de oferta, a partir dos dados do desenvolvimento da política, é que se podem observar as contradições que levaram a compreender o contexto social no qual se insere a oferta do PROEJA.

A contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade. (CURY, 1969, p. 30).

Em seu poema “A Escola”, Paulo Freire ressalta que a escola é o lugar onde se fazem amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos. Portanto, é importante considerar todos os aspectos que incidem sobre uma oferta de ensino, desde espaços e materiais até os recursos humanos, como gestores, coordenadores, professores e alunos.

3.2.1 A gestão escolar da escola que oferta o PROEJA

A gestão da escola onde foi desenvolvida a pesquisa é responsabilidade de uma professora com formação em Letras e que atua há 38 anos na educação e há sete na gestão escolar.

O Questionário 1 foi aplicado à direção da instituição pela pesquisadora através de folha impressa, na forma de entrevista semiestruturada.

A direção iniciou ressaltando a seguinte situação: no primeiro ano de direção (2002) a escola ofertava EJA fundamental, depois a mantenedora cessou e foi transferida para outra escola, pois seria implantada a Ed. Profissional Ensino Médio. Assim, mantivemos a característica de oferta de ensino para jovens e adultos, mas agora com a oferta de Cursos Técnicos Subsequentes e PROEJA. (Gestão escolar. Fonte: Questionário 2010-2011).

Como primeiro assunto da pesquisa, a direção foi questionada sobre quais foram os procedimentos adotados para a implantação dos cursos ofertados pelo PROEJA. Pôde-se observar que não foi uma implantação sem suporte pedagógico, de forma imediatista, pois através dos relatos a direção explicita os encaminhamentos adotados pela mantenedora, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no início do curso.

A mantenedora agendou uma reunião com a direção e com os professores que iriam atuar no curso. Nesta reunião informou as características e especificidades da oferta do PROEJA e das práticas pedagógicas. Apresentaram o Plano de Curso de Administração e foi

elaborado o Plano de Curso de Logística. Depois deste momento todos os professores do curso participaram de outras formações continuadas. (Gestão escolar. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011)

Quando foi solicitado que a direção apresentasse seu parecer sobre a proposta de oferta do PROEJA e o papel dessa política pública na educação, a diretora fez o seguinte desabafo:

O PROEJA é como uma solução para a pessoa que estava fora de idade e agora tinha oportunidade de estudar. Primeiro foi visto que o PROEJA iria beneficiar o adulto, mas se observa que o adulto sente-se preso nesse formato de oferta proposto. Um curso mais rápido e objetivo seria o ideal. Quando veio nos moldes dos 3 anos, acabou por terra, a direção questionou já prevendo que seria um fator importante a se pensar. A mantenedora respondeu que tinha que cumprir a matriz curricular e carga horária para a conclusão do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, sem fazer maiores esclarecimentos. (Gestão escolar. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

Sobre as principais dificuldades encontradas na implantação do PROEJA, a direção relatou que a maior foi o perfil do aluno: no início o curso era destinado somente a alunos maiores de 21 anos. Quando a faixa etária baixou para 18 anos, houve maior procura. A dificuldade é levantar a demanda e manter os alunos trabalhadores na escola por 3 anos em ensino regular noturno.

Como a forma de oferta do PROEJA é uma política “nova”, a direção foi questionada sobre os procedimentos de divulgação dessa forma de oferta da EP integrada à EJA. Em relação a esse assunto, a diretora relatou:

Os cursos foram divulgados na TV local, rádio e jornal. Também foram feitas visitas aos sindicatos, ao porto e a outros locais da sociedade para entregar *folders* e convites para visitas à escola com o objetivo de conhecer o curso. A turma que hoje está no 6º semestre foi construída através dos sindicatos locais. Os alunos do 2º semestre têm uma característica específica: eles são alunos do ProJovem Urbano. Um professor que atuava no ProJovem Urbano e no PROEJA incentivou os alunos a prosseguir os estudos no curso técnico. Há muita participação dos próprios professores e alunos na divulgação dos cursos. Quando participei de um programa na TV local, ao vivo, uns anos atrás, durante a minha fala sobre o PROEJA as pessoas podiam ligar para tirar dúvidas. Foi bem interessante, [houve] muitas ligações, permaneci até depois que terminou o programa atendendo ligações da população interessada no PROEJA. Pena que esse programa de TV não existe mais, eles ajudaram muito na divulgação do PROEJA. Também seria muito importante partir da SEED e do MEC a divulgação sobre o PROEJA para colaborar com a

escola, algo do tipo: “Procure na sua região a escola que oferta o PROEJA”, e não, ficou só para a escola essa responsabilidade, sem desmistificar na mídia. Parece que tinha que ser ofertado em segredo, que, se quisesse, a escola que contasse para a população que eles podiam retomar os estudos fazendo o Ensino Médio junto com um curso técnico. (Gestão escolar. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

Entre os principais desafios para a manutenção desses cursos, a direção destacou fazer com que o aluno trabalhador permanecesse na escola, já que, quando chega, se desestimula por serem três anos de estudo regular, muito tempo para aquele adulto que já está inserido no trabalho e necessita de formação. Os principais motivos para a continuidade desses cursos em 2011 foram os alunos do ProJovem Urbano e o interesse dos trabalhadores sindicalizados. Sobre a manutenção ou cessação do curso em 2012, a direção informou que a intenção é não fechar o curso, mas, em vista dos índices de evasão, isso é uma possibilidade.

É difícil encontrar adultos dispostos a permanecer 3 anos (toda noite) na escola. A tendência é não abrir. [Em virtude de] toda essa realidade, é preciso que a mantenedora estude um formato diferente, adequado ao horário do trabalhador, de repente de uma forma semipresencial. Ainda temos muitas pessoas que poderiam cursar o PROEJA. Nessa perspectiva também falta incentivo das empresas para que seus funcionários estudem, poderiam incentivar, mas não o fazem. (Gestão escolar. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

A direção mostrou-se preocupada com o desenvolvimento do PROEJA, pois, ao mesmo tempo que elogia tal iniciativa, critica a organização curricular como um fator determinante das fragilidades dessa forma de oferta de ensino.

Faz-se necessária a adequação da carga horária e revisão da matriz curricular. A proposta pedagógica evidencia que o conhecimento deve ser definido a partir da experiência de vida do aluno, não a partir da disciplina – seria o contrário do que vem acontecendo, um cumprimento de matriz e ementas. De repente, se as disciplinas da Base Nacional Comum estivessem integradas no próprio corpo das disciplinas técnicas, talvez por áreas do conhecimento ou em módulos, não de modo separado por disciplina, teríamos um currículo integrado já na sua proposta pedagógica. Um currículo mais próximo do currículo da EJA, não do Ensino Médio Regular. As aulas seriam mais significativas. Talvez não tenha dado certo porque o professor, a partir do Plano de Curso e organização da Matriz Curricular, vê o PROEJA como o funcionamento do Ensino Médio Curricular. Então, dois fatores que interferem no desenvolvimento do PROEJA são o professor, que faz essa leitura do PROEJA como Ensino Médio Regular, e o aluno trabalhador, que se desestimula por se imaginar sentado por três anos na escola toda noite, que, ao olhar a matriz do

curso com 21 disciplinas diferentes, se assusta. Mesmo sabendo que essas disciplinas são distribuídas ao longo dos seis semestres, para ele, a conclusão do curso fica distante. (Gestão escolar. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

A escola desenvolve ações coletivas e pedagógicas entre professores, gestores, alunos, funcionários e comunidade e realiza eventos como palestras, feiras e seminários para promover a interação dos alunos com o curso e o espaço escolar.

A coordenação de curso e os professores que atuam no PROEJA têm conhecimento sobre o Documento-Base do PROEJA, seus princípios e pressupostos pedagógicos, pois sempre participaram da formação continuada ofertada pela mantenedora.

Quando questionada sobre o perfil dos professores, a direção falou que alguns professores não têm perfil para atuar na EJA, não desenvolvem uma prática adequada para esse perfil de aluno, pois têm em mente o perfil do Ensino Médio.

Ela relata que é difícil romper com isso porque essa concepção já vem expressa na matriz curricular do curso e a escola não tem autonomia para distribuir as aulas, é preciso seguir uma classificação por tempo de serviço, conforme determina a mantenedora. Outro problema com os professores são as faltas no trabalho por atestado e/ou licença médica. Todos os professores são formados e atuam na sua área, exceto os de Sociologia e Filosofia. Os alunos dos cursos ofertados pelo PROEJA são trabalhadores e a maioria tem mais de 20 anos.

Em relação aos índices de evasão, a direção informou que são preocupantes e listou alguns motivos: aduração do curso, a falta de motivação e perspectiva de vida, o fato de trabalharem o dia todo, as responsabilidades para com família e filhos e, no caso dos trabalhadores que atuam por turno, a necessidade de cumprirem turno à noite.

São poucos os alunos que concluem o curso, mas muitos dos que o fazem acabam prosseguindo os estudos no Ensino Superior.

A direção destacou que os alunos que concluem o curso são interessados e comprometidos com sua vida social, pois buscam conhecimento para dar suporte às situações do cotidiano.

O Quadro 9 apresenta a distribuição de alunos matriculados e concluintes da Instituição. A direção forneceu esses dados com o intuito de ilustrar sua fala sobre a evasão.

Quadro 9. Índice de matriculados e aprovados dos cursos subsequentes e do PROEJA ofertados na organização semestral – dados do 1º semestre de 2011.

CURSO	SEMESTRE	TURNO	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	TURMA	MATRÍCULAS SISTEMA ESCOLA 26/06/2011	ALUNOS APROVADOS	(%)
Administração	1º	Tarde	Subsequente	A	43	14	32%
Administração	1º	Noite	Subsequente	B	48	10	20,8%
Administração	1º	Noite	Subsequente	C	45	20	44%
Administração	1º	Noite	Subsequente	D	49	21	42,8%
Administração	2º	Tarde	Subsequente	A	10	07	70%
Administração	2º	Noite	Subsequente	B	44	26	59%
Administração	2º	Noite	Subsequente	C	37	21	56%
Administração	3º	Noite	Subsequente	A	32	23	71,8%
Administração	1º	Noite	PROEJA	A	43	08	18%
Administração	5º	Noite	PROEJA	A	30	08	26%
Logística	1º	Tarde	Subsequente	A	39	11	28,2%
Logística	1º	Noite	Subsequente	B	48	19	39,5%
Logística	1º	Noite	Subsequente	C	44	23	52,2%
Logística	1º	Noite	Subsequente	D	37	13	35,1%
Logística	2º	Noite	Subsequente	B	37	29	78,3%
Logística	2º	Noite	Subsequente	C	34	23	67,6%
Logística	3º	Noite	Subsequente	B	28	24	85,7%
Logística	3º	Noite	Subsequente	C	24	16	66,6%
Logística	1º	Noite	PROEJA	A	30	5	16,6%
Logística	5º	Noite	PROEJA	A	30	11	36,6%

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela instituição onde foi realizada a pesquisa.

É possível observar que os cursos subsequentes têm as maiores porcentagens de alunos concluintes, ao passo que os cursos ofertados na forma do PROEJA apresentam as menores porcentagens.

3.2.2 O coordenador dos cursos ofertados pelo PROEJA

Os dados sobre a coordenação de curso foram levantados a partir da aplicação do Questionário 2 (Apêndice B).

O coordenador dos cursos ofertados através do PROEJA possui formação em Informática e Administração em Gestão Portuária, com especialização em Educação Inclusiva. Atua na Educação há seis anos e há dois assumiu a função de coordenador de curso.

O coordenador informou que não acompanhou o processo de implantação do PROEJA, mas que é necessário um trabalho pedagógico diferenciado nesses cursos.

Quando ingressei como professor efetivo no estado do Paraná, já existia a Educação PROEJA, mas posso comentar que o foco nesses alunos deve ser diferenciado, pois estamos trabalhando com jovens e adultos, que na sua maioria são trabalhadores e muitos estão afastados de uma sala de aula há anos. (Coordenador de curso. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

Sobre as principais dificuldades encontradas na implantação e os desafios da manutenção do PROEJA, o coordenador apresentou questões já levantadas pela direção da instituição:

Jovens e adultos afastados da sala de aula há anos, jovens e adultos trabalhadores, muitos dos quais trabalham por escala e/ou acabam chegando à sala de aula exaustos da jornada de trabalho diária. Manter nossos alunos (ProEja) motivados e integrados é um desafio. (Coordenador de curso. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

O principal motivo para a continuidade desses cursos em 2011 foi o fato de propiciarem a esses jovens e adultos uma oportunidade para que concluam o Ensino Médio acompanhado de um curso profissionalizante.

As ações pedagógicas realizadas entre professores, gestores, alunos, funcionários e comunidade, antes e/ou durante a implantação desses cursos, são muitas, mas o coordenador relata: “Precisamos que todos os envolvidos tenham o mesmo foco/objetivo, pois caso contrário será difícil realizar ações para que não venhamos a perder esses alunos”.

Sobre a experiência de atuar com o PROEJA, de como está sendo trabalhar com a EJA e a EP ao mesmo tempo, o coordenador de curso assim se expressou:

Está sendo bastante gratificante, pois sentimos que esses alunos não estão retornando para uma sala de aula porque o pai ou a mãe está exigindo, eles retornam porque sentem a real necessidade de buscar qualificação no mercado de trabalho (mundo do trabalho). Isso porque essa política vem como um programa em nível nacional que tem por finalidade integrar a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, focar o jovem e o adulto como trabalhadores cidadãos, tomar o trabalho princípio educativo, atentar às novas demandas e necessidades de formação do trabalhador, entender que nossos jovens e adultos precisam ter um espaço no mercado/mundo do trabalho, criar políticas educacionais que superem o caráter assistencialista da EJA e consolidar políticas de profissionalização. (Coordenador de curso. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

O perfil que se pretende formar nos cursos do PROEJA ofertados na escola é um profissional técnico preparado para o mercado/mundo de trabalho.

Para o coordenador de curso, a proposta de oferta do PROEJA como política pública para a educação é

[...] bastante promissora, desde que de fato [o programa] seja focado na real necessidade dos alunos. E, para que a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional seja desenvolvida como política pública efetiva, é necessário que o PROEJA não seja apenas "assistencialista" ao EJA, que o PROEJA dê treinamento a esses jovens para o ingresso no mercado de trabalho. (Coordenador de curso. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

Os professores que atuam no PROEJA têm conhecimento sobre o Documento-Base do PROEJA, seus princípios e pressupostos pedagógicos, mas o coordenador de curso se mostrou fragilizado em comentar sobre o perfil dos professores e apenas destacou: "Procuramos orientar todos os professores que nossos alunos do PROEJA são diferenciados, pois necessitam de uma estrutura diferenciada para adquirirem conhecimento, em função dos diversos fatores externos ao trabalhador". Relatou ainda que a grande maioria dos professores desenvolve uma prática adequada para o perfil de alunos da EJA.

Sobre o perfil do aluno do PROEJA, o coordenador de curso destacou que se trata de um aluno trabalhador, comprometido e questionador.

Quando foi questionado sobre os índices de evasão, o coordenador de curso apenas relatou: "Altos... altos... Números não sei precisar, mas uma média de 75%".

Como última colocação, perguntou-se se a EJA vinculada à EP é positiva no sentido de oportunizar o prosseguimento dos estudos desses jovens e adultos, ao que o coordenador de curso respondeu:

Sim, pois talvez seja com a EJA mais o PROEJA que fortalecermos os vínculos entre educação básica, educação profissional e humanística, proporcionando ao jovem maior visão do mercado/mundo de trabalho. (Coordenador de curso. Fonte: Questionário eletrônico 2010-2011).

3.2.3 Os alunos do PROEJA

Os dados sobre os alunos do PROEJA foram informados pela secretaria da escola pesquisada mediante autorização da direção escolar. Também foi aplicado um questionário eletrônico aos alunos matriculados no curso.

A maior dificuldade de aplicação do questionário foi a frequência dos alunos, que era mínima.

Em 2011, no Curso Técnico em Administração do PROEJA, dos 30 alunos matriculados apenas oito compareciam às aulas, e dos 30 alunos matriculados no Curso Técnico em Logística apenas 12 compareciam. Ambas as turmas apresentavam frequência média de 3 a 5 alunos por dia.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação do Questionário 3 a três alunos do Curso de Administração e três do curso de Logística,.

3.2.4 Dados: matrícula, evasão e conclusão de curso

Os dados dos cursos ofertados pelo PROEJA são realmente preocupantes: de 60 (sessenta) matrículas, apenas 11 alunos concluintes, conforme mostra o Quadro 10. O índice de evasão é muito alto, e se observou que a instituição tem preocupação com esse fato, mas não desenvolve ações efetivas para reverter estes índices.

Quadro 10. Índices das turmas ofertadas pelo PROEJA com conclusão em 2010.

Curso PROEJA	Matrículas (ingressos) 1º semestre 2008	Concluintes (egressos) 6º semestre 2010	(%)
Administração	30	03	10%
Logística	30	08	26,6%

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de dados do portal Dia a Dia Educação.

A mesma situação acontece com as turmas que estão em andamento: muita desistência e poucas ações efetivas para resgatar o aluno desistente, sobretudo porque a instituição o considera “adulto” e consciente das suas decisões.

A sociedade acaba extraíndo o aluno do espaço escolar, mantendo-o somente no mercado de trabalho e tornando-o, assim, um trabalhador alheio ao processo histórico-social do próprio mundo do trabalho.

Quadro 11. Índices das turmas em andamento do PROEJA.

Cursos PROEJA	Semestre	Nº de Matrículas iniciais	Nº de Matrículas Ativas	(%)
Administração	2º	30	8	26,6%
Administração	6º	30	8	26,6%
Logística	2º	30	5	16,6%
Logística	6º	30	12	40%

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de dados do portal Dia a Dia Educação.

Segundo Cury (1986), a realidade dos educandos da EJA no cenário capitalista é de exclusão, pois o acesso ao conhecimento oportuniza o acesso ao mundo de trabalho numa perspectiva crítica ao contexto real.

A Educação, enquanto instrumento de disseminação de um saber mais abrangente, entra em contradição com a sociedade capitalista. O saber enquanto intenção pode vir a ser apropriado (tornar próprio) pelas classes subalternas. Ao incorporá-lo à sua prática, o tornam instrumento de crítica das armas, pois na sua prática (no conjunto de relações sociais) reside a contradição da intencionalidade dominante: a oposição entre o saber do dominante e o fazer do dominado. Nesse sentido, a ação pedagógica, enquanto apropriação pelas classes dominadas de um saber que tem a ver com os seus interesses, concorre para o encaminhamento da modificação das condições sociais. (CURY, 1986, p. 71).

Cury (1986) destaca ainda a importância pedagógica que a construção do conhecimento tem para o sujeito na sua atuação e “modificação das condições sociais”.

3.2.5 Identificando o perfil do aluno

O questionário eletrônico foi aplicado a seis alunos do PROEJA (três do curso de Administração e três do curso de Logística) durante uma aula de Informática no Laboratório de Informática da instituição onde foi desenvolvida a pesquisa.

Partindo do princípio de que o PROEJA foi implantado para a inclusão dos sujeitos excluídos da educação básica, percebe-se, já na seleção dos alunos para participar da pesquisa, uma fragilidade nos índices de alunos com matrícula ativa e frequentando os cursos.

O Documento-Base do PROEJA esclarece que o curso não garantirá emprego, mas acesso ao conhecimento.

Os sujeitos alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo. (BRASIL, 2006, p. 36).

Dos participantes desta pesquisa, dois eram homens e quatro eram mulheres. As suas idades eram:

- 20 anos;
- 24 anos;
- 26 anos;
- 32 anos
- 45 anos;
- 50 anos.

Observa-se no Quadro 12 que o atendimento dessas faixas etárias corresponde ao delineado na proposta inicial do PROEJA, pois se trata de jovens e adultos.

Como há influência da família na permanência ou abandono dos estudos, procurou-se verificar o contexto familiar desses alunos.

Entre os que permaneceram no curso e participaram da pesquisa, somente um é casado formalmente, ou seja, conforme prevê a sociedade civil.

Quadro 12. Estado civil dos alunos do PROEJA.

Estado Civil	Nº de Alunos
Solteiro	2
Divorciado	1
União estável	2
Casado	1

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

No que se refere às condições de moradia, todos os alunos residem em casa própria. As respostas dos alunos à questão “Com quem você mora?” são apresentadas no Quadro 13.

Quadro 13. Pessoas com quem os alunos do PROEJA residem.

Com quem você mora?	Nº de alunos que assinalaram a alternativa
Meus pais	1
Esposo (a)	3
Filhos	3
Sozinho	0
Outros	1

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

Para a questão “Você tem filhos?” foram apresentadas as seguintes informações.

Quadro 14. Número de filhos dos alunos do PROEJA

Resposta	Quantidade de filhos	Idade dos filhos
Sim	1	1 ano
Sim	3	4 anos, 17 anos e 22anos
Sim	2	10 anos e 9 anos
Sim	3	31 anos, 26 anos e 24 anos
Sim	1	6 anos
Não	0	-----

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

Os pais dos alunos do PROEJA também apresentam trajetória escolar descontínua, mas possuem os saberes adquiridos através da vivência, experiência de vida.

Esses sujeitos são portadores de saberes produzidos no cotidiano e na prática laboral. Formam grupos heterogêneos quanto à faixa etária, conhecimentos e ocupação (trabalhadores, desempregados, atuando na informalidade). Em geral, fazem parte de populações em situação de risco social e/ou são arrimos de família, possuindo pouco tempo para o estudo fora da sala de aula. (BRASIL, 2006, p. 45).

Os grupos diversificados e com especificidades da EJA expressam as características sociais e contemporâneas do entorno da oferta dos cursos do PROEJA.

Quadro 15. Grau de escolaridade dos pais dos alunos do PROEJA

Formação	Nº de respostas	Resposta	Informação
Pai	1	Sim	Até o Ensino Fundamental
	4	Sim	Não sei
	1	Sim	Até a 4ª Série
Mãe	1	Sim	Até o Ensino Fundamental
	4	Sim	Não sei
	1	Sim	Até a 6ª Série

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

É possível observar no Quadro 15 que os pais dos alunos do curso não tiveram condições plenas de acesso à escola.

Para compreender melhor o contexto social dos alunos, seguem os resultados dos meios de transporte que utilizam para chegar até a escola.

Quadro 16. Meios de transporte dos alunos do PROEJA.

Meios de transporte	Nº de alunos que assinalaram as alternativas
A pé	1
Transporte coletivo	4
Transporte próprio	1
Bicicleta	1
Moto	2

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

Entre os alunos que participaram da pesquisa, dois encontravam-se em situação de desemprego e os demais atuavam em diversas áreas, conforme mostra o Quadro 17. Dois trabalhavam como efetivos e dois, como autônomos, com renda entre um e três salários mínimos.

Quadro 17. Local de trabalho dos alunos do PROEJA.

Você está trabalhando?	Local	Nº de alunos que assinalaram as alternativas
Não	---	2
Sim – Autônomo	Empresa que revende frios	1
Sim – Autônomo	Sala de beleza	1
Sim – Efetivo	Terminal marítimo	1
Sim – Efetivo	Ilha de Valadares	1

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

Sobre o acesso à internet e o uso de computadores, quatro alunos disseram que possuem computadores e dois informaram que vão a uma LAN house quando necessário.

Para verificar quais lembranças os alunos possuem da sua vida escolar, antes de retomarem os estudos foi solicitado que indicassem quais eram as suas lembranças mais marcantes. Eles então apresentaram as seguintes frases: “O tempo em que não me comprometi com ela”; “A desistência dos meus colegas”; “Foi quando eu parei de estudar”; “As atividades esportivas e os desfiles patrióticos”; “Os professores que nos ajudaram e os amigos que conquistamos nessa etapa”; “A amizade de amigos que deixei pra traz”.

O Quadro 18 informa os locais onde os alunos concluíram o Ensino Fundamental e o ano.

Quadro 18. Ano e local de conclusão do Ensino Fundamental.

Quantidade	Ano	Local
1	Não lembra	Escola Estadual
1	1999	Escola Estadual

1	2001	Escola Estadual
2	2009	ProJovem Urbano

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

O número de alunos que concluíram o Ensino Fundamental através do ProJovem Urbano é significativo, pois esse programa oferta de forma diferenciada as séries finais do Ensino Fundamental em parceria com a rede municipal, onde agora os mesmos, através do PROEJA, estão em fase de conclusão de uma forma diferenciada de oferta do Ensino Médio.

O ProJovem Urbano destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção [sic] na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania. (BRASIL, 2010).

É importante destacar a presença de alunos oriundos do Programa do Governo Federal em parceria com os municípios, pois, à semelhança do PROEJA, o ProJovem Urbano apresenta uma proposta de inclusão social, cultural e política.

3.2.6 Condições de oferta do PROEJA a partir de informações apresentadas pelos alunos

Os alunos indicaram que tomaram conhecimento do PROEJA através dos meios de comunicação, como rádio e emissora de televisão locais e internet, e de amigos que conhecem a escola que oferta o curso.

Na questão sobre como foi retomar os estudos, dos seis alunos que participaram da pesquisa:

- Três (50%) não tiveram dificuldades;
- Um (16,6%) teve dificuldade;
- Duas (33,3%) ficaram preocupadas, pois fazia certo tempo que estavam fora da escola.

Os alunos também indicaram quais os motivos que os levaram a ingressar nos cursos do PROEJA e explicitaram que as expectativas no início

do curso eram estudar para conseguir um emprego e ampliar a formação profissional.

Quadro 19. Motivos que levaram os sujeitos a ingressar nos cursos.

Alternativas	Nº de alunos que assinalaram as alternativas	(%)
Queria voltar a estudar e aproveitei a oportunidade	3	50%
Fazer o Ensino Médio junto com um curso técnico	2	33,3%
Interesse nessa área de formação	1	16,6%

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

As próximas questões da pesquisa voltaram-se para os aspectos pedagógicos dos cursos do PROEJA.

As disciplinas que a maioria dos alunos indicou como de sua preferência foram Matemática e História, e os motivos que determinaram as escolhas foram os seguintes:

“Porque prefiro as ciências exatas”; “Porque são as matérias que eu gosto, eu gosto de saber o que aconteceu no passado, ampliam a capacidade de observação e de opinião; “Porque [são] as que eu mais gosto e as [que] eu mais entendo e porque me identifico mais”. (Fonte: Pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico 2010/2011.).

Quadro 20. Disciplinas de preferência dos alunos dos cursos de Administração e Logística ofertados pelo PROEJA

Alternativas	Nº de alunos que assinalaram as alternativas	(%)
Matemática	03	50%
História	03	50%
Sociologia	02	33,3%
Biologia	02	33,3%
Física	02	33,3%
Artes	01	16,6%
Geografia	01	16,6%
Filosofia	01	16,6%

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

A partir da pesquisa, notou-se que os espaços pedagógicos não são muito utilizados. Os alunos apresentam necessidade de aulas diversificadas e a escola dispõe de espaços e alternativas para a realização de atividades diferenciadas, mas não as realiza. Desse modo, pode-se afirmar que existem algumas lacunas na prática pedagógica empreendida pelos docentes.

Quadro 21. Sobre o uso da biblioteca.

Alternativas	Nº de alunos que assinalaram as alternativas	(%)
Utilizei e consegui realizar a minha pesquisa	1	16,6%
Consultei com frequência os livros da biblioteca	0	0%
Os livros disponíveis são úteis para o curso	2	33,3%
Nunca utilizei a biblioteca.	3	50%
Não conheço a biblioteca.	0	0%

Fonte: pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, 2010-2011.

Em relação ao Laboratório de Informática, todos os alunos informaram que já o utilizaram durante as aulas, acompanhados de um professor. Sobre o Laboratório de Biologia, Física e Química, já tiveram aulas práticas dessas disciplinas no local.

Na questão sobre as práticas profissionais do curso a resposta foi parcial no que tange à realização e não realização dessas práticas durante o curso. Informaram que a escola realiza eventos (palestras, feiras, seminários, oficinas, entre outros) que proporcionam interação com os colegas e com assuntos abordados nas disciplinas. Além disso, a escola oportuniza a participação em eventos de outras instituições.

Os alunos tiveram posicionamento parcial em relação à gestão escolar e à coordenação de curso. Parte deles indicou que ambos os profissionais sempre estão envolvidos com as atividades realizadas no curso, no atendimento aos alunos e demais momentos da sua formação, mas outros declararam que eles têm pouca participação nas atividades do curso.

Dois alunos assinalaram que os professores são comprometidos com a formação discente (têm conhecimento, preparam boas aulas, utilizam tecnologias, são dinâmicos e criativos), enquanto quatro alunos indicaram que alguns professores são comprometidos com a formação discente e outros são menos comprometidos (faltam, não preparam aula etc.).

Com o objetivo de dar espaço para os alunos expressarem-se, foram disponibilizadas questões subjetivas e opcionais nas quais eles puderam expor mais um pouco sobre o PROEJA.

Para a questão sobre as dificuldades encontradas na realização do curso os alunos apresentaram respostas bem diversificadas:

- A ausência de mais matérias técnicas;
- A única dificuldade que encontro é devida ao meu horário de trabalho;
- Não tive dificuldade;
- Tenho a seguinte dificuldade: alguns professores nos pedem pesquisa ou trabalho ou algumas outras atividades que são incompatíveis com as poucas horas disponíveis que um adulto que trabalha como autônomo tem para dedicar aos estudos;
- A falta de compromisso nas trocas de professores, que acabam nos prejudicando;
- Ir atrás de professores para não ficarmos sem aulas;
- Nossa maior dificuldade é ter que ficar buscando os professores para a realização das nossas aulas.

Tendo em conta as fragilidades da organização curricular e do desenvolvimento do PROEJA, os alunos apresentaram o que eles gostariam que fosse diferente no seu curso:

- Aulas práticas em empresas e direito a estágios;
- Gostaria de ter aulas mais dinâmicas com o uso de equipamentos com computador, TV, *data show* etc;
- Mais palestras;
- Nada;
- Por enquanto, nada, pois temos que ter matérias que são do Ensino Médio para podermos ter mais conhecimento técnico;
- Sem pesquisas ou trabalhos;
- Uma boa administração no início das aulas, que estivesse tudo resolvido quando comessem as aulas para não ficar bagunça de falta de professores, que isso prejudica muito.

Os alunos informaram quais mudanças o curso proporcionou para suas vidas. Pode-se notar que, a despeito da fragilidade, o curso está sendo significativo:

- Melhor planejamento de vida;
- Mais conhecimento e formação na minha área de trabalho;
- Uma formação melhor;
- Ainda não pude avaliar;

- Aprendi muitas coisas que com certeza me ajudarão no futuro;
- Melhor conhecimento.

Para concluir a pesquisa, foi perguntado aos alunos se eles têm interesse em prosseguir os estudos no ensino superior e todos indicaram que sim, especificando a formação que pretendem buscar:

- Curso na área de exatas;
- Administração;
- Biologia;
- Contabilidade;
- Educação física.

O Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é uma política contemporânea que oportuniza a retomada de estudos àqueles que estão à margem do processo escolar da sociedade, àqueles que não tiveram a oportunidade de estudar em tempo, conforme seu desenvolvimento biológico.

Observar a efetivação dessa política de oferta da Educação Profissional para Jovens e Adultos, levantar as especificidades dos trabalhadores jovens e adultos e do mundo do trabalho e estabelecer a contextualização dos documentos oficiais e pedagógicos é um trabalho que propicia ao pesquisador o contato direto com jovens e adultos que estão tendo novas oportunidades de inclusão mediante uma proposta de política pública para a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PROEJA foi constituído com o objetivo de compor uma política pública de integração que nos seus documentos diz assumir a condição humanizadora da educação. O seu intuito é o acesso aos saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade em integração com a formação profissional, de modo que o aluno compreenda o mundo, compreenda-se no mundo e nele atue na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade justa.

Diante do problema desta pesquisa de como a União e o estado do Paraná vêm abordando os princípios pedagógicos do PROEJA, EP e EJA, tendo em conta o desenvolvimento e a implantação do PROEJA nessa realidade contraditória entre a teoria expressa no documento e a prática do cotidiano escolar, observa-se que as concepções e princípios partem da experiência histórica, que tem demonstrado que não há desenvolvimento econômico se não há desenvolvimento social e cultural, sendo a educação um processo de socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade através de seu trabalho.

Frigotto (2005) nomeia essas políticas educacionais como políticas de inserção de ações imediatas, que não podem esperar devido à dívida histórica do Estado brasileiro com a sociedade.

O mundo do trabalho é formado hoje pelas modernas tecnologias, o que força o mundo contemporâneo a rever a própria noção de trabalho e de formação humana.

O estado do Paraná implantou o PROEJA mediante a legislação da EP e com a concepção de educação que o Departamento de Educação e Trabalho apresenta em seus documentos, tendo em vista a educação integrada à EP em nível médio.

O que teria acontecido com o PROEJA no estado do Paraná se tivesse ficado sob a responsabilidade exclusiva da equipe responsável pela oferta da EJA no estado? Como seria a organização curricular do curso, a organização do tempo de estudo dos sujeitos?

Esse questionamento surge a partir das informações levantadas no campo de pesquisa de organização do currículo, a partir da dificuldade dos

professores em organizar aulas específicas para esse perfil de aluno e a partir da dificuldade do aluno em frequentar as aulas durante os cinco dias da semana, numa escala de 25 aulas semanais.

No levantamento de dados sobre o desenvolvimento do PROEJA como política pública para a educação, percebe-se que o projeto político-pedagógico da escola investigada não apresenta a organização pedagógica na perspectiva de um projeto político-pedagógico integrado, conforme as concepções e princípios dessa forma de oferta.

O projeto político-pedagógico da instituição demonstra a fragmentação da organização do trabalho pedagógico, pois não prevê a totalidade do trabalho como princípio educativo, o que segundo Ciavatta (2005) é o cerne da formação de trabalhadores.

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2005, p. 84).

Isso também pôde ser observado no cotidiano escolar, no qual as mesmas aulas do Ensino Médio são desenvolvidas nos cursos ofertados pelo PROEJA, sem apresentar as adequações necessárias para a formação profissional do aluno.

Outro problema levantado foi a organização da matriz curricular, pois a instituição a vê de forma engessada, por ter sido organizada com base em uma matriz do Ensino Médio Regular.

A troca de professores a cada semestre também acaba prejudicando o desenvolvimento dessa forma de oferta de ensino, pois é preciso que o professor compreenda a proposta pedagógica do curso e o perfil dos alunos.

Os fundamentos políticos do currículo do PROEJA contemplam a integração entre A EP, o Ensino Médio e a EJA por meio de uma concepção que considera o mundo do trabalho e que privilegie os saberes produzidos em diferentes espaços sociais.

Deixa-se de lado a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho para oportunizar a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo do trabalho.

Percebe-se, através dos relatos dos alunos, que a formação que vem sendo desenvolvida nos cursos ofertados pelo PROEJA é de natureza conteudista.

Isso acontece porque os cursos são ofertados por disciplinas e o Estado não subsidia frequentemente o trabalho pedagógico dos mesmos, usando metodologias como fóruns, seminários e formação continuada.

De outro lado encontramos o aluno, aquele que precisa ser visto como um ser único, com sua própria realidade social. Esse aluno espera aprender, está cheio de anseios e de questionamentos.

Procura encontrar um professor menos rígido, mas comprometido com o ensino e que utilize de sua criatividade e inovação para que ele possa sentir-se estimulado a estar na sala de aula.

No âmbito do PROEJA, porém, encontra-se na sala de aula uma variedade de faixa etária que vai do jovem de 18 anos ao idoso. Em relação ao aluno jovem, pode-se dizer que se encontra cada vez mais familiarizado com os avanços tecnológicos. Vive numa fase de transição entre o antigo e o novo, entre a adolescência e a fase adulta, um período de adaptação e de preparação.

Porém, pode-se afirmar que o jovem de hoje é diferente daquele que frequentou as salas de aula tempos atrás.

Como já foi abordado ao longo do texto, um equilíbrio entre as dimensões de tempo na EJA é relevante para a efetivação de um currículo integrador, com forma de organização abrangente, na qual os conteúdos culturais relevantes estejam articulados à realidade em que o educando se encontra, em favor de um processo integrador dos diferentes saberes a partir da contribuição das diferentes áreas do conhecimento.

O ser humano é diretamente afetado pelo ambiente que o rodeia e por tudo o que nele existe. A sua identidade é construída ao longo da vida, sendo permeada por significados, valores e sentidos que estão intrinsecamente ligados a tudo aquilo que se faz presente em nosso cotidiano.

O fundamental nesta proposta é atender as especificidades dos sujeitos da EJA. O professor precisa ser o mediador do conhecimento científico com a realidade histórico-social do educando.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. **Um estudo do e no processo de implantação no estado do Paraná do PROEJA: problematizando as causas da evasão**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BARBARA, Maristela Miranda. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. **Psicol., Ciênc. Prof.** [online], v. 19, n. 1, p. 30-49, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação da Educação Profissional e Tecnológica. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos** – Documento Base. Brasília: SETEC, 2007.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11.429.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6.377.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/99**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: 05 out. 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2004. Seção 1, p. 142.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jun. 2005. Seção 1, p. 4.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Seção 1, p. 7.

CAMPOS, Camila Aparecida de. A Volta do Desafio da Integração Curricular na Educação Profissional com o Proeja. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS E PESQUISAS, 18., 2009, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2009a. Disponível em: <http://anaisdosimposio.fe.ufg.br/uploads/248/original_1.3.__9_.pdf>. Acesso em:

_____. **O Desafio do Currículo Integrado no Proeja**. 2009b. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/gt18-5426--int.pdf>>. Acesso em:

CARNOY, Martin. **Educação, economia e Estado**: base e superestrutura, relações e mediações. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

DAGNINO, Renato. Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: neutralidade e determinismo. **DataGramaZero**, v. 3, n. 6, dez. 2002.

DAVINI, Maria Cristina. **Currículo integrado**. Disponível em: <http://naeg.prg.usp.br/gap/textos_agosto/curriculo_davini.pdf>. Acesso em: 12 maio 2008.

FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Unesco, MEC/Secad, ANPEd, 2005. 480 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 7. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

MINAYO GOMEZ, Carlos; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GRAMSCI Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Caderno 12. Apontamentos e notas esparsas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. O princípio educativo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. Caderno 23. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel** – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 11. ed. Porto Alegre: L&PM, 1986.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 3, maio/ago. 2002.

LIMA FILHO, Domingos Leite; SHIROMA, Eneida Oto. Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA. **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 32, n. 116, p. 725-743, jul./set. 2011.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989. 271 p.

MARCELINO, Janete Bernardo do Nascimento. **Políticas para o ensino profissional de nível médio no Paraná (1991-2004): a formação do sujeito competente**. 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (2 v.).

_____. **O capital**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

MELO, Fabiana Antônia de Freitas. A motivação como um dos fatores determinantes no processo educacional do PROEJA. **Para entender a história...** [online], ano 2, out. 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Edna Castro de; CEZARINO, Karla Ribeiro de Assis. **Os Sentidos do PROEJA**: Possibilidades e Impasses na Produção de um Novo Campo de Conhecimento na Formação de Professores. 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT18-4782--Int.pdf>>. Acesso em:

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação de jovens e adultos em Ponta Grossa: entre políticas públicas e a realidade docente. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 24., 2009, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES/CE/PPGE, 2009. v. 7. p. 1-15.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: 2006.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Profissional**. Curitiba: 2006.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **PROEJA – Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: 2010.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João *et al.* (Org.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola. São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições para a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994.

POLITZER, Georges. **Curso de Filosofia**: princípios fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná (1995 a 2002)**. Cascavel: Gráfica Igol, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O Choque Teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Vânia do Carmo Nóbile. **Da EJA ao Proeja: A Transição da Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal**. 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT18-6874--Int.pdf>>. Acesso em:

APÊNDICE A – Questionário 1 – Diretora

1. Qual é a sua formação?
2. Tempo de serviço na educação e tempo de serviço na direção:
3. Como foi a implantação dos cursos ofertados pelo PROEJA?
4. Apresente seu parecer sobre a proposta de oferta do PROEJA. Como você observa essa política pública para a educação?
5. Quais foram as principais dificuldades encontradas na implantação do PROEJA?
6. Quais foram os meios de divulgação dos cursos ofertados através do PROEJA?
7. Quais foram os principais desafios para a manutenção desses cursos?
8. Quais foram os principais motivos para a continuidade desses cursos em 2011?
9. A escola tem previsão de cessação ou de manutenção da oferta para 2012? Se for manter, quais são os procedimentos previstos para que isso ocorra? Se não for manter, explicita os motivos.
10. Relate a sua experiência com o PROEJA. Como foi trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional ao mesmo tempo?
11. O que é necessário para que a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional seja desenvolvida como política pública efetiva?
12. A coordenação de curso e os professores que atuam no PROEJA têm conhecimento sobre o Documento-Base do PROEJA, seus princípios e pressupostos pedagógicos?

13. Qual é o perfil dos professores do curso? Algum professor possui especialização para atuar no PROEJA?
14. Os professores do curso desenvolvem uma prática adequada para o perfil de alunos da Educação de Jovens e Adultos?
15. Qual é o perfil dos alunos?
16. Como são os índices de evasão? Quais os principais motivos que levam o aluno a desistir do curso?
17. A Educação de Jovens e Adultos vinculada à Educação Profissional é positiva no sentido de oportunizar o prosseguimento dos estudos desses jovens e adultos? Por quê?

APÊNDICE B – Questionário 2 – Coordenador de Curso

1. Qual é a sua formação?
2. Tempo de Serviço na educação e tempo de serviço na coordenação de curso:
3. Você acompanhou a implantação do PROEJA? Quais foram os procedimentos?
4. Quais foram as principais dificuldades encontradas na implantação do PROEJA?
5. Quais foram os meios de divulgação dos cursos ofertados através do PROEJA?
6. Quais foram os principais desafios para a manutenção desses cursos?
7. Quais foram os principais motivos para a continuidade desses cursos em 2011?
8. Relate a sua experiência com o PROEJA. Como foi trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional ao mesmo tempo?
9. Você conhece os princípios pedagógicos propostos para a formação do aluno no PROEJA? Quais são?
10. Qual é o perfil profissional de aluno que se pretende formar nos cursos do PROEJA ofertados na escola?
11. Apresente seu parecer sobre a proposta de oferta do PROEJA. Como você observa essa política pública para a educação?
12. O que é necessário para que a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional seja desenvolvida como política pública efetiva?
13. Os professores que atuam no PROEJA têm conhecimento sobre o Documento-Base do PROEJA , seus princípios e pressupostos pedagógicos?

14. Qual é o perfil dos professores do curso? Algum professor possui especialização para atuar no PROEJA?
15. Os professores do curso desenvolvem uma prática adequada para o perfil de alunos da Educação de Jovens e Adultos?
16. Qual é o perfil dos alunos?
17. Como são os índices de evasão? Quais os principais motivos que levam o aluno a desistir do curso?
18. A Educação de Jovens e Adultos vinculada à Educação Profissional é positiva no sentido de oportunizar o prosseguimento dos estudos desses jovens e adultos? Por quê?

APÊNDICE C – Questionário 3 – Alunos

1. Qual é o seu curso?
2. Sexo?
3. Sua Idade?
4. Estado Civil?

5. Onde você mora?
 - 5.1. Casa própria.
 - 5.2. Casa alugada.
 - 5.3. Casa emprestada.
 - 5.4. Apart. próprio.
 - 5.5. Apart. alugado.
 - 5.6. Apart. emprestado.
 - 5.7. Pensionato.

6. Com quem você mora?
 - 6.1. Meus pais.
 - 6.2. Esposa.
 - 6.3. Filhos.
 - 6.4. Sozinho.
 - 6.5. Outros.

7. Você tem filhos?

Se a resposta for SIM, indicar o número de filhos e idade.

8. Seu pai estudou?

Se a resposta for SIM e se você souber, informe até que série ele estudou.

9. Sua mãe estudou?

Se a resposta for SIM e se você souber, informe até que série ela estudou.

10. Qual é o principal meio de transporte que você utiliza para chegar até a escola? *
 - 10.1. A pé.
 - 10.2. Transporte escolar.
 - 10.3. Transporte coletivo.

- 10.4. Transporte próprio.
- 10.5. Carona com familiar ou colega.
- 10.6. Bicicleta.
- 10.7. Moto.
- 10.8. Outro:

11. Você trabalha?

*Se a resposta for SIM, indicar o local de trabalho.

12. Qual é o vínculo de trabalho?

- 12.1. Efetivo (ingresso através de concurso público).
- 12.2. Efetivo.
- 12.3. Contrato Temporário.
- 12.4. Estagiário.
- 12.5. Autônomo.
- 12.6. Outro:

Se você não trabalha, assinale a opção Outro.

13. Qual é a sua média salarial? * Se você não trabalha, assinale a opção Outro.

- 13.1. 1 salário mínimo (R\$ 540,00).
- 13.2. 2 salários mínimos (R\$ 1.080,00).
- 13.3. 3 salários mínimos ou mais.
- 13.4. Menos de um salário mínimo.
- 13.5. Não tenho renda fixa.
- 13.6. Outro:

14. Quanto ao seu acesso à internet: *

- 14.1. Não tenho computador e não acesso a internet.
- 14.2. Tenho computador e acesso a internet.
- 14.3. Não tenho computador, mas acesso a internet na LAN *house*.
- 14.4. Quando necessário, utilizo computador e internet de um familiar ou amigo.
- 14.5. Outro:

15. Onde você concluiu o Ensino Fundamental?

Informar a escola ou programa e, se você lembrar, o ano em que concluiu.

16. Como você ficou sabendo do PROEJA? *

16.1. Meios de comunicação (rádio, TV, internet...).

16.2. Através de familiares.

16.3. Através de amigos.

17. Como foi retomar os estudos? *

17.1. Não tive dificuldade.

17.2. Tive dificuldades por adequar meu horário de trabalho com o horário da escola.

17.3. Fiquei preocupado, pois fazia tempo que não entrava em sala de aula.

17.4. Outro:

18. Quais foram os motivos que o(a) levaram a começar o curso através do PROEJA?

18.1. Queria voltar a estudar e aproveitei a oportunidade.

18.2. Fazer o Ensino Médio junto com um curso técnico.

18.3. Interesse nessa área de formação.

18.4. Influência de familiares e amigos.

18.5. Não sei.

18.6. Outro:

19. Quais eram suas expectativas no INÍCIO do curso? *

19.1. Estudar para manter-me no emprego.

19.2. Estudar para conseguir um emprego.

19.3. Ampliar minha formação profissional.

19.4. Formação profissional na área em que eu já trabalho.

19.5. Outro:

20. Das disciplinas abaixo, qual(is) você mais gosta de estudar? *

20.1. Português.

20.2. Matemática.

20.3. História.

20.4. Geografia.

20.5. Filosofia.

- 20.6. Sociologia.
- 20.7. Química.
- 20.8. Biologia.
- 20.9. Física.
- 20.10. Artes.
- 20.11. Inglês.
- 20.12. Espanhol.
- 20.13. Por que você escolheu essa(s) disciplina(s)?

21. Qual das disciplinas específicas do seu curso você mais gosta de estudar?
Mencione por que você escolheu essa disciplina.

22. Sobre a biblioteca da escola:

- 22.1. Utilizei e consegui realizar a minha pesquisa.
- 22.2. Consultei com frequência os livros da biblioteca.
- 22.3. Os livros disponíveis são úteis para o curso.
- 22.4. Nunca utilizei a biblioteca.
- 22.5. Não conheço a biblioteca.
- 22.6. Outro:

23. Sobre o Laboratório de Informática:

- 23.1. Utilizei para pesquisa fora do horário de aula.
- 23.2. Utilizei em uma aula em que o professor nos levou ao laboratório.
- 23.3. Nunca utilizei.
- 23.4. Outro:

24. Sobre o Laboratório de Biologia, Física e Química:

- 24.1. Já participei de aulas realizadas nesse laboratório durante o curso.
- 24.2. Não participei de aulas nesse laboratório porque faltei nesse dia de aula.
- 24.3. Nunca tivemos aulas nesse laboratório.
- 24.4. Outro:

25. Sobre as práticas profissionais do curso:

- 25.1. Já participei de atividades práticas e de visitas técnicas a locais da minha área de formação.

- 25.2. Até o momento não foram realizadas atividades práticas para o meu curso.
 - 25.3. Foram realizadas atividades práticas, mas não pude participar devido ao meu horário de trabalho.
 - 25.4. Outro:
26. Sobre eventos (palestras, feiras, seminários, oficinas etc.) realizados pela nossa escola:
- 26.1. A escola realiza eventos para contribuir para nossa formação.
 - 26.2. A escola não realiza eventos.
 - 26.3. Outro:
27. Sobre a participação dos alunos em eventos realizados por outras instituições:
- 27.1. Já participei.
 - 27.2. Nunca participei.
 - 27.3. Outro:
28. Sobre a gestão escolar (direção e direção auxiliar):
- 28.1. Sempre está envolvida com as atividades realizadas no nosso curso, no atendimento aos alunos e demais momentos da nossa formação.
 - 28.2. Tem pouca participação nas atividades realizadas no nosso curso.
 - 28.3. Outro:
29. Sobre a equipe pedagógica (pedagogos):
- 29.1. Sempre está envolvida com as atividades realizadas no nosso curso, no atendimento aos alunos e demais momentos da nossa formação.
 - 29.2. Tem pouca participação nas atividades realizadas no nosso curso.
 - 29.3. Outro:
30. Sobre a coordenação de curso e de estágio, quando for o caso: *
- 30.1. Sempre está envolvida com as atividades realizadas no nosso curso, no atendimento aos alunos e demais momentos da nossa formação.
 - 30.2. Tem pouca participação nas atividades realizadas no nosso curso.
 - 30.3. Outro:
31. Sobre os professores do curso: *

31.1. Os professores são comprometidos com nossa formação (têm conhecimento, preparam boas aulas, utilizam tecnologias, são dinâmicos e criativos).

31.2. Alguns professores são comprometidos com nossa formação e outros são menos comprometidos (faltam, não preparam aula,).

31.3. Outro:

32. Quais as dificuldades que você encontra na realização no curso? *

Não tenho dificuldades ou tenho as seguintes dificuldades:

33. O que você gostaria que fosse diferente no seu curso?

34. Quais mudanças o curso proporcionou para sua vida?

35. Você pretende continuar os estudos no Ensino Superior (faculdade)? Qual curso você gostaria de fazer?

Estabelecimento: JOSE BONIFACIO, C E-EF M PROFIS									
Curso: TEC.EM ADMINISTRACAO-PROEJA ET									
Ano de Implantação: 2010 - GRADATIVA									
Turno: Noite									
Módulo: 20 semanas									
Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6		
0704 - ARTE	BNC								
1001 - BIOLOGIA	BNC	3	3			2	2		
0601 - EDUCACAO FISICA	BNC					2	2		
2201 - FILOSOFIA	BNC					2	2		
0901 - FISICA	BNC			3	3				
0401 - GEOGRAFIA	BNC	3	3						
0501 - HISTORIA	BNC			3	3				
0104 - LINGUA PORT. E LITERATURA	BNC	3	3	3	3	3	3		
0201 - MATEMATICA	BNC	4	4	3	3	2	2		
0801 - QUIMICA	BNC					3	3		
2301 - SOCIOLOGIA	BNC			2	2				
1107 - L.E.M.-INGLES	PD					3	3		
4346 - ADM FINANCEIRA ORC E DE PROCES	FE	2	2	2	2	2	2		
4054 - COMPORTAMENTO ORG.E DE PESSOAL	FE	2	2						
4177 - ELABORACAO E ANALISE PROJETOS	FE			2	2				
4347 - FUNDAMENTOS DE ADMINISTRACAO	FE	2	2						
4017 - INTRODUCAO A ECONOMIA	FE			2	2				
4056 - NOCOES DE CONTABILIDADE	FE			2	2				
4168 - NOCOES DE DIR.E LEG.SOC.TRAB.	FE			2	2	2	2		
4055 - ORGANIZACAO,SISTEMAS E METODOS	FE			2	2	3	3		
1474 - TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO	FE	2	2						
	FE	3	3						
Carga Horária Total		24	24	24	24	24	24		
Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.									
BNC=BASE NACIONAL COMUM									
PD=PARTE DIVERSIFICADA									
FE=FORMACAO ESPECIFICA									

